

ENCONTRO PELAS FLORESTAS

NUTRINDO A REDE DE REGENERAÇÃO



Guia para a Ação Política e Cidadania Ativa



FAIXAS
VIVAS

Assembleias de Cidadãos
Portugal



Este documento é a compilação do resultado do projeto **Encontro pelas Florestas: Nutrindo a Rede de Regeneração**, desenvolvido pela **ReflorestarPT** com o apoio do programa *Catalyst of Change* e em parceria dos movimentos **Faixas Vivas** e **Assembleias de Cidadãos de Portugal**.



* This work is licensed under CC BY-SA 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

ENCONTRO PELAS FLORESTAS

Nutrindo a Rede de Regeneração

INTRODUÇÃO

Enquadramento Geral	5
Objectivos do Projecto	6
Arquitetura do Processo Participativo	7
Enquadramento das Problemáticas	11
Síntese	14
Anexos	15

PARTE I - AO PODER PÚBLICO

Vozes do Território	18
Direções Estratégicas e Propostas	26
Roteiro das Medidas Propostas: Implementação Integrada	39
Considerações Finais	43

PARTE II - À SOCIEDADE CIVIL

Introdução	46
Da Reflexão à Ação: aprendizagens para a regeneração do território	47
50 ideias de Ação Promissoras	51
Cidadãos e Organizações da Sociedade Civil	56
A Mensagem Central: O Poder de Cuidar, Juntos	59

CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
----------------------------	----

ANEXOS	64
--------------	----

INTRODUÇÃO



I. Enquadramento Geral



O projecto **Encontro pelas Florestas: Nutrindo a Rede de Regeneração**, desenvolvido pela associação **Reflorestar PT** e com o apoio do programa **Catalyst of Change**, foi concebido para reforçar a sociedade civil relativamente a um conjunto de desafios estruturais que afectam o território rural português, em particular as áreas florestais e agroflorestais mais vulneráveis à degradação ecológica, ao abandono e aos incêndios de grande intensidade. Partindo de uma abordagem centrada na justiça socioambiental, o projecto procurou criar um **processo de escuta estruturada e de deliberação informada que integrasse cidadãos, organizações da sociedade civil, especialistas, produtores, poder local, e outros actores relevantes.**

O programa, que contou com a parceria dos movimentos **Faixas Vivas** e **Assembleias de Cidadãos de Portugal**, operacionalizou-se entre Março de 2025 e Julho de 2026, articulando 4 Assembleias de Cidadãos (3 presenciais distribuídas pelas regiões Norte, Centro e Sul de Portugal – e uma assembleia online de âmbito nacional), 3 Encontros Regionais com organizações (Norte, Centro e Sul de Portugal continental) e um encontro nacional final. Tendo como **objectivos principais gerar recomendações políticas concretas para a regeneração ecológica, a gestão dos espaços florestais e a prevenção de incêndios, bem como para o reforço da participação cívica e da cooperação entre organizações.** Este conjunto de acções, que envolveu um total de cerca de 210 **cidadãos, representantes de organizações e especialistas, permitiu cruzar conhecimento técnico-científico com a sensibilidade e experiências de vida no território, promovendo uma abordagem deliberativa onde os problemas e as soluções foram discutidos em múltiplas escalas e temáticas.**

Uma leitura comparativa da paisagem rural portuguesa no contexto europeu **evidencia uma situação particularmente crítica.** Portugal combina níveis muito elevados de área ardida, forte presença de monoculturas florestais de crescimento rápido, elevada fragmentação fundiária e um peso reduzido do sector público na posse directa de solo florestal – o que limita muito a capacidade do Estado de ter alguma gestão directa ou indirecta sobre as atuais áreas problemáticas do território. Ao mesmo tempo, as políticas públicas têm oscilado entre ciclos de reacção a

2. Objetivos do *Projeto*

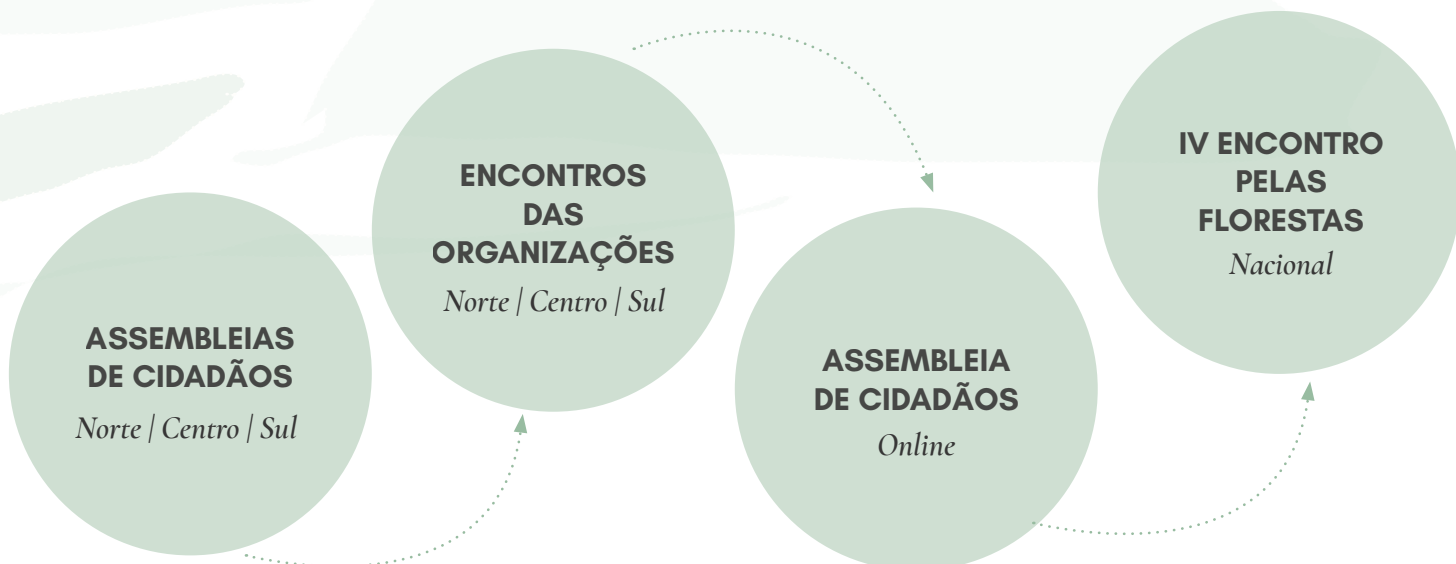
Os objetivos do **Encontro pelas Florestas** alinham-se com os objetivos gerais do programa **Catalyst of Change** — promover a colaboração, a resiliência e a participação ativa das organizações da sociedade civil — e concretizam-se numa agenda específica para o território florestal português.

Em termos específicos, o projecto teve como objetivos :

- 1.** Focar a atenção pública e política na degradação ambiental do território rural, articulando-a com a justiça social e ambiental, nomeadamente no que respeita às comunidades rurais mais expostas ao risco de incêndio e ao declínio económico.
- 2.** Reforçar a comunicação, visibilidade e articulação entre organizações não-governamentais e iniciativas de cidadania ativa, estimulando a formação de uma coligação em torno da regeneração ecológica e do ordenamento do território.
- 3.** Criar espaços seguros de diálogo e co-criação de soluções, sustentados em metodologias participativas, capazes de gerar propostas legitimadas tanto por conhecimento especializado como por experiência vivida.
- 4.** Capacitar cidadãos, organizações e decisores para o uso da ferramenta Assembleias de Cidadãos, demonstrando o seu potencial para desenhar políticas públicas mais informadas, transparentes e participadas no domínio florestal.
- 5.** Impulsionar iniciativas existentes de regeneração ecológica, democracia participativa e desenvolvimento rural, favorecendo sinergias entre projetos dispersos e facilitando a aprendizagem mútua.
- 6.** Elaborar e entregar a decisores políticos um conjunto de recomendações estruturadas, com propostas de revisão legislativa, ajustamento de instrumentos de planeamento, reorientação de financiamentos públicos, e criação de novos mecanismos de valorização económica e de governança participativa.
- 7.** Elaborar um guia para acção de cidadania ativa pelo território, para divulgação pública.

3. Arquitetura do *Processo Participativo*

O desenho do processo combinou momentos de diagnóstico participativo, aprofundamento temático e síntese estratégica. Articulando diferentes formatos de encontro.



3.1 Assembleias de Cidadãos *Regionais*

Realizaram-se três Assembleias Cidadãs presenciais — **Norte, Centro e Sul** —, cada uma com um programa estruturado em torno de painéis informativos com especialistas, sessões de perguntas e respostas para esclarecimentos, mesas de trabalho para levantamento de problemas (na fase divergente) e para priorização e construção de soluções (na fase convergência), seguidas de plenário final para apresentação das propostas e medição do nível de concordância ou consentimento. Os princípios de representatividade, inclusão, deliberação informada e busca de consenso foram explicitamente apresentados aos participantes no início de cada assembleia, e o seu trabalho sempre apoiado por uma equipa de facilitadores do projeto.

Sendo que, nas sessões da manhã as mesas focaram-se na: 1 - Identificação dos principais desafios e problemas percebidos pelos participantes; 2 - Recolha de contributos individuais e seu agrupamento em temas; 3 - Integração, em momento de plenário com todos os participantes. As sessões da tarde centraram-se depois na: 1 - Selecção dos problemas prioritários; 2 - Identificação das suas causas; 3 - Indicar caminhos de solução para esses problemas.



3.2 Encontros Regionais de *Organizações e Especialistas*

Em cada região tiveram lugar encontros dedicados a organizações da sociedade civil, técnicos e especialistas, com foco na prevenção de incêndios, problemas das monoculturas, regeneração da biodiversidade, economia da flor

e noutros usos do solo, e na identificação de áreas críticas para a sua reconversão e aproveitamento da regeneração natural de nativas.



3.3 Assembleia Nacional *Online*

A Assembleia Nacional online permitiu ampliar a base de participação e testar, em formato de consulta estruturada, um conjunto de propostas – previamente identificadas nas assembleias e encontros presenciais – agrupadas em grandes temas. Incluiu protecção de ecossistemas, regulação e zoneamento, governança participativa, fiscalização e formação, valorização económica e restauro ecológico. O formulário, criado para o efeito, recolheu respostas quantitativas e comentários qualitativos detalhados, fornecendo evidência adicional sobre a legitimidade social das propostas e permitindo refinar a sua formulação.

Os resultados mostram elevados níveis de concordância com o reforço da protecção legal de habitats florestais nativos, a limitação de monoculturas em áreas protegidas, o reforço da fiscalização das actividades florestais e a criação de plataformas de governança participativa.

3.4 Encontro Nacional *Final*

O encontro nacional de três dias, integrado no **IV Encontro pelas Florestas** de 1 a 3 de Maio de 2026, funcionou como espaço de síntese, aprofundamento e operacionalização. Sendo que o programa combinou momentos de apresentação de cidadãos, projetos e organizações presentes, workshops temáticos, apresentação de casos de estudo, discussão de propostas concretas e sua operacionalização, e sessões plenárias. Tudo com o propósito de cruzar propostas políticas com experiência no terreno, e construir uma agenda de ação partilhada.

Ao longo dos três dias trabalharam-se três grandes eixos:

- i) enquadramento — onde estamos e que caminhos estão abertos;
- ii) ação de cidadania e participação cívica — como aplicar e estimular a participação;
- iii) aplicação das propostas — clarificação de responsabilidades, modelos de financiamento, mecanismos de fiscalização e primeiros passos de implementação.

O encontro serviu ainda para consolidar uma coligação das organizações envolvidas, discutir estratégias de incidência e estruturar a entrega das recomendações a decisores políticos.

4. Enquadramento das *Problemáticas*

4.1 Degradação ecológica e social

As discussões ao longo do projeto convergiram na **caracterização de vastas áreas do território rural português, como sejam: Sistemas ecológicos bloqueados em estados iniciais de sucessão**, dominados por matos pós-fogo; eucaliptais e pinhais abandonados; e mosaicos simplificados de baixa diversidade. Estes sistemas apresentam elevada carga de combustíveis finos, baixa capacidade de retenção de humidade, maior vulnerabilidade a eventos extremos e reduzido valor para a biodiversidade – constituindo um passivo ambiental muito significativo.

A recorrência de incêndios de grande intensidade tem um efeito cumulativo: sucessivas passagens de fogo reduzem a complexidade estrutural da vegetação, expõem os solos à erosão, aceleram processos de desertificação e dificultam a regeneração natural de florestas autóctones mais maduras. **A manutenção prolongada de grandes áreas nesta condição impede a recuperação de funções ecológicas essenciais, como a regulação do ciclo hidrológico, o sequestro de carbono e a provisão de habitat para espécies sensíveis, tornando estas paisagens simultaneamente mais pobres em biodiversidade e menos produtivas para as comunidades humanas.**

4.2 Simplificação da paisagem:

Domínio e continuidade de monoculturas florestais de crescimento rápido e matos pós-fogo

Um dos principais temas abordados foi a crescente dominância de monoculturas de crescimento rápido, em particular de eucalipto, tanto em áreas agrícolas convertidas para o efeito como em zonas florestais tradicionais. Sendo que, só entre 2013 e 2023, cerca de metade da área de (re)arborização autorizada correspondeu a plantações de eucalipto, com presença significativa em áreas do **Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)** e outras áreas sensíveis enquadradas na **Rede Natura 2000**, onde a missão principal é a conservação da natureza.

Apesar de a legislação aprovada após os incêndios de 2017 ter estabelecido limites à expansão de eucaliptais em novas áreas, na prática esta norma desencadeou uma “corrida” a novas plantações antes da entrada em vigor e não conseguiu travar a expansão, em particular através de plantações ilegais e de reconstituições pós-fogo em moldes muito semelhantes aos anteriores. A área de eucaliptal continua a aumentar em várias regiões, enquanto uma proporção substancial dos povoamentos existentes permanece abandonada ou em subprodução, constituindo um passivo ambiental de milhares de hectares sem função económica relevante.

Em termos de risco, **paisagens dominadas por grandes manchas contínuas de monocultura, maioritariamente abandonadas e em declives acentuados, revelam-se altamente vulneráveis a incêndios catastróficos**, com consequências severas para vidas humanas, património, solos e infraestruturas. **Este modelo conflituoso, com aparente rentabilidade a curto prazo versus custos sociais e ecológicos a médio e longo prazo, está no centro do paradoxo da gestão florestal portuguesa.**

Sendo que entre 2019 e 2022, o projeto de investigação **SCAPEFIRE** testou já a aplicação de um **novo modelo de avaliação, ordenamento e gestão da paisagem**, a várias escalas e contextos de uso do solo. Para saber mais sobre os resultados desse projeto, poderá consultar o capítulo que lhe é dedicado no **Anexo I*** deste documento, assim como o seu livro completo (editado pelo Instituto Superior de Agronomia, e disponibilizado gratuitamente em formato PDF numa das páginas oficiais do laboratório **LEAF****).

****** (<https://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/portal/> --> “**APROFUNDAR AQUI**” --> “**SCAPEFIRE: A sustainable landscape planning model for rural fire prevention**” PDF)

4.3 Percepção de impotência sentida pela Sociedade Civil

É ainda importante lembrar que, num contexto em que o mundo rural permanece subvalorizado e frequentemente associado a declínio, abandono e inevitabilidade da degradação, a sociedade civil (incluindo ONGs, cidadãos e comunidades locais) tende a confrontar-se com uma percepção persistente de impotência face à escala dos problemas territoriais. Esta sensação de falta de poder, pela distância entre decisão política e realidade local e pela repetição de ciclos de crise sem transformação estrutural visível, conduz ao desgaste organizativo e à desagregação das iniciativas colectivas. Enfraquecendo assim a capacidade de pressão social por mudança quando ela mais é precisa.

5. Síntese

Ao longo deste processo tornou-se evidente que a transformação da paisagem portuguesa exige uma abordagem integrada, capaz de articular regeneração ecológica, desenvolvimento económico, justiça social e participação cidadã. As propostas desenvolvidas demonstram que existem já conhecimento técnico, exemplos práticos e instrumentos de planeamento suficientes para orientar essa mudança. O principal desafio reside, cada vez mais, na capacidade de alinhar políticas públicas, incentivos económicos, modelos de governança e envolvimento das comunidades locais em torno de uma visão comum para o território.

O projeto **Encontro pelas Florestas** procurou contribuir para esse alinhamento, criando espaços de diálogo entre cidadãos, organizações, especialistas e decisores, e traduzindo esse processo num conjunto de recomendações concretas. Mais do que apresentar soluções fechadas, este trabalho pretende constituir um ponto de partida para uma agenda de transformação progressiva da paisagem, assente na cooperação entre diferentes atores e na valorização dos serviços dos ecossistemas como base da prosperidade futura.

A regeneração da floresta e da paisagem não depende apenas de novas leis ou de mais financiamento. Depende, sobretudo, da capacidade coletiva para construir confiança, reforçar a participação cívica e orientar os investimentos para modelos de gestão mais resilientes, diversificados e adaptados às características de cada território. É nesse caminho que este projeto pretende deixar o seu principal contributo.

ANEXO I

*Assembleias de Cidadãos e
Encontros Regionais*
Principais Resultados

[Descarregar](#)

ANEXO II

Encontro pelas Florestas
**Principais Resultados
& Análise Sistémica**

[Descarregar](#)

ANEXO III

*Metodologias para a
formulação de propostas
políticas e transformação
da paisagem.*

[Descarregar](#)

AO PODER PÚBLICO



Ao Poder Público

As mensagens da Sociedade Civil para os Decisores Públicos

Exposição dos Resultados do processo



I. Vozes do Território

1.1 O ciclo vicioso da degradação

Os processos descritos nas secções anteriores não constituem fenómenos isolados, mas partes de um ciclo de degradação que se auto-alimenta e se reforça ao longo do tempo. Os incêndios de grande intensidade deixam atrás de si paisagens mais empobrecidas, homogéneas e vulneráveis à repetição do fogo; a sua repetição, por sua vez, acelera a perda de solo, reduz a capacidade de regeneração natural e aprofunda a desorganização ecológica e social do território. Quando a paisagem perde diversidade estrutural, capacidade produtiva e valor ecológico, cresce também a tendência para o abandono, para a ausência de gestão activa e para a consolidação de usos de baixa presença humana, criando-se um ciclo vicioso em que cada novo episódio de degradação torna o anterior mais difícil de inverter.

Este ciclo não é apenas ecológico, é também económico e social. A persistência de paisagens degradadas e de baixa rentabilidade reforça a percepção de que o território rural oferece poucas oportunidades de futuro, sobretudo para proprietários pequenos e médios, para jovens e para actividades económicas que dependem de uma base territorial funcional, diversificada e viva. A ausência de alternativas viáveis empurra muitos actores para a passividade, para a gestão mínima ou para o abandono, o que favorece ainda mais a expansão de modelos homogéneos e de curta rotação, com reduzida intensidade de mão-de-obra e fraca ligação às comunidades locais. **O resultado é um território progressivamente desinvestido, onde se acumulam sinais de desapego, descontinuidade e perda de confiança.**

A este nível, o mais preocupante é a erosão da esperança colectiva. **Quando as comunidades deixam de acreditar que a paisagem pode voltar a ser produtiva, segura e socialmente valorizada, instala-se uma dinâmica de resignação que enfraquece a capacidade de mobilizar, de cooperar e de reivindicar.** A degradação deixa então de ser apenas física e passa a ser também institucional e cultural, porque se perde a ideia de que vale a pena gerir, recuperar e cuidar do território. Esta erosão da esperança é um dos efeitos mais profundos e menos quantificáveis do ciclo de degradação, mas também um dos mais determinantes para a sua continuidade.

Em síntese, o território tende a prender-se numa combinação de abandono, monocultura, fragilidade ecológica e recorrência de incêndios, em que cada componente reforça o seguinte.

1.2 As consequências da desvalorização de ativos naturais essenciais ao país: degradação económica sistémica

A desvalorização contínua dos activos naturais do território tem consequências que ultrapassam a escala local. Quando solos, linhas de água, mosaicos florestais e sistemas agroflorestais perdem funcionalidade, o país perde uma parte essencial da sua infraestrutura ecológica, com impactos diretos na disponibilidade e qualidade da água, na produtividade agrícola e florestal, na proteção contra fenómenos extremos e na capacidade de mitigação e adaptação às alterações climáticas. O que está em causa não é apenas a deterioração de um sector económico, mas a degradação de funções de base que sustentam a vida coletiva.

As diferenças regionais tornam estes efeitos particularmente visíveis. No Sul, a degradação manifesta-se através da escassez hídrica, da erosão dos solos e da fragilização dos sistemas agrícolas. No Norte e no Centro, coexistem com este quadro grandes incêndios, episódios de vento extremo e cheias, num padrão que mostra que o problema é sistémico e não pontual. Em territórios degradados, a capacidade de infiltração e retenção de água diminui, o que agrava a falta de água no Verão e enxurradas no Inverno, com efeitos sobre a agricultura, a segurança das populações e a resiliência dos ecossistemas.

Os acontecimentos de 2026 ajudam a colocar esta vulnerabilidade em perspetiva económica. Sendo que as tempestades que atingiram Portugal no início do ano provocaram prejuízos estimados entre 4 mil milhões e 6 mil milhões de euros, ou seja, cerca de 1,3% a 2% do PIB nacional, consoante a fase da avaliação e o universo de danos considerado. Estes valores mostram que a degradação territorial e a exposição a fenómenos extremos já não podem ser tratadas como externalidades periféricas: representam custos macroeconómicos relevantes, com impacto na atividade, na receita pública, na reconstrução de infraestruturas e na estabilidade de comunidades e empresas.

Apesar disso, uma parte substancial destas perdas continua a não ser contabilizada de forma integrada nos processos de decisão. **Os custos associados à degradação dos ecossistemas – perda de serviços ambientais, redução da capacidade produtiva, maior risco de incêndio e cheia, erosão e perda de qualidade do solo e da água – permanecem subavaliados em muitos modelos de investimento e planeamento.**

Por isso, **a desvalorização dos activos naturais deve ser entendida como uma forma de degradação económica sistémica:** quando os ecossistemas perdem funcionalidade, **o país perde também capacidade de resposta, coesão territorial e margem de adaptação ao futuro.**

FATORES CONTRIBUTIVOS PARA O ESTADO DA PAISAGEM



1.3 Estrutura da propriedade, abandono e limitações à gestão

Uma parte substancial das problemáticas identificadas decorre da estrutura da propriedade no Centro e Norte do país, bem como em zonas do litoral alentejano e serras algarvias, marcada por níveis de privatização dos mais elevados da Europa, forte fragmentação fundiária, ausência ou fragilidade de cadastro, heranças indivisas, emigração e envelhecimento dos proprietários. Este contexto dificulta a gestão activa, desincentiva o investimento de médio e longo prazo e favorece modelos de exploração passiva, nos quais a presença no território é mínima e as decisões de uso do solo se orientam quase exclusivamente pelo rendimento a curto prazo e pela exigência de pouca manutenção.

A elevada proporção de terrenos abandonados ou com proprietário desconhecido constitui um obstáculo central para qualquer política de gestão ou transformação da paisagem: políticas públicas, mesmo quando bem desenhadas, tornam-se ineficazes se não houver sujeitos identificados que possam responder a incentivos ou obrigações. Na prática, isto cria ilhas de intervenção rodeadas por áreas onde nenhuma medida é aplicada, comprometendo a coerência territorial e a eficácia das acções de prevenção, restauro e diversificação.

Iniciativas recentes, como o **BUPI** e o **Programa de Transformação da Paisagem (PTP)**, procuram responder a estes bloqueios, **mas enfrentam lentidão procedimental, falta de capacidade técnica local e hesitações políticas que atrasam a sua concretização em escala.**

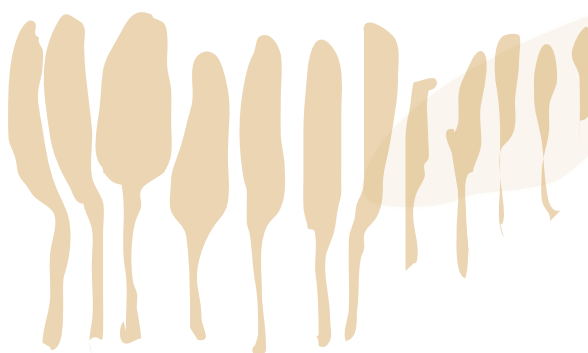
1.4 Percepção de falta de alternativas e assimetrias de mercado

As assembleias e encontros evidenciaram uma percepção generalizada de falta de alternativas economicamente viáveis à monocultura ou ao abandono, sobretudo entre pequenos e médios proprietários. Embora existam sistemas florestais e agroflorestais mais diversos — como carvalhais mistos, medronhais, soutos de castanheiro, montados de sobro e azinho, e outros sistemas agroflorestais multifuncionais — com potenciais de rentabilidade superiores ao eucaliptal em determinados contextos, estes modelos muitas vezes implicam maiores investimentos iniciais, horizontes de retorno mais longos, necessidade de assistência técnica contínua e maior intensidade de mão-de-obra ou gado.

Paralelamente, as fileiras associadas às monoculturas de crescimento rápido encontram-se altamente organizadas, com cadeias de escoamento consolidadas, acesso facilitado a financiamento e capacidade para oferecer soluções “chave na mão”, enquanto muitas cadeias alternativas permanecem fragmentadas, pouco profissionalizadas e com fraca capacidade de agregação de valor local. A assimetria de mercado reforça a escolha por modelos de exploração passiva, mesmo quando os impactos ecológicos e sociais são reconhecidos pelos próprios proprietários.

A compreensão dos factores que sustentam a eficácia da fileira da celulose, nomeadamente a sua organização, logística, capacidade de investimento e influência política, é essencial para o desenvolvimento de cadeias de valor alternativas, com potencial de implementação e crescimento em escala.

Qualquer proposta de transição que ignore estes factores corre o risco de permanecer no plano declarativo.



1.5 Ausência de valorização de serviços de ecossistema

Num contexto em que mais de 90% da área florestal portuguesa é privada, a ausência de mecanismos de pagamento por serviços de ecossistema torna a conservação ativa dos sistemas ecologicamente mais valiosos uma opção economicamente penalizadora para os proprietários. Fora de alguns projectos piloto muito localizados, praticamente não existem programas de larga escala que remunerem funções como regulação hídrica, prevenção de erosão, sequestro de carbono, conservação da biodiversidade ou provisão de paisagens culturais.

Isto contrasta com exemplos de outros países europeus, onde o Estado detém grandes áreas florestais em territórios protegidos, atuando diretamente como provedor de serviços de ecossistema, ou onde existem mecanismos consolidados de pagamentos por serviços de ecossistema que compensam proprietários privados pelo custo de oportunidade de manter usos compatíveis com objetivos de conservação. Em contextos mais recentes, alguns países têm avançado com mercados de carbono e biodiversidade com requisitos ambientais robustos, bem como com mecanismos de compensação obrigatória para empreendimentos com impacto ambiental significativo.

Em Portugal, **o Mercado Voluntário de Carbono (MVC) ainda se encontra numa fase incipiente, com metodologias que nem sempre integram critérios de biodiversidade, solo e água** como requisitos estruturais, mas apenas como co-benefícios opcionais. Mantida esta situação, **existe o risco de se perder uma oportunidade relevante para orientar investimentos privados para a regeneração de ecossistemas**, em vez de reforçar modelos de monocultura intensiva e silvicultura industrial, desfasados da ecologia e sociedade local.



1.6 Influência das fileiras dominantes e lacunas de legislação, fiscalização e planeamento

Os contributos recolhidos apontam para a existência de legislação ambiental e florestal insuficiente ou mal aplicada, sobretudo no que respeita à proteção de habitats nativos, limitação de monoculturas e controlo de atividades lesivas em propriedades privadas inseridas em áreas sensíveis. Em muitos casos, cortes rasos, mobilizações de solo e plantações de espécies exóticas de crescimento rápido são enquadrados como “atividade florestal normal”, mesmo em contexto de **Rede Natura 2000**, e as infrações detectadas resultam apenas em coimas, sem medidas de reversão de danos – o que reduz o efeito dissuasor.

Ao mesmo tempo, a influência política e económica das fileiras florestais dominantes, em particular a fileira da celulose, é um dado estrutural do sistema. Grandes empresas, algumas cotadas em bolsa, actuam num contexto em que o eucalipto constitui a base da sua matéria-prima, dispondo de capacidade de lobby organizado, acesso privilegiado a processos de decisão e forte presença no território. A assimetria de poder face às organizações da sociedade civil e às comunidades locais é evidente. Os contributos recolhidos junto de cidadãos e organizações da sociedade civil ao longo do projeto evidenciam que não existem soluções eficazes sem o diálogo e o envolvimento destas fileiras. **Sendo que o principal desafio consiste em orientar a sua capacidade de influência para uma transição que promova a diversificação e a mitigação de riscos.**

A fiscalização no terreno é percebida como insuficiente, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de prioridade política atribuída ao ordenamento do território. A ausência de metas vinculativas para a diversificação da floresta e para a reconversão de áreas de alto risco, bem como a dissociação entre diferentes incentivos e instrumentos de planeamento, contribuem para a **manutenção do status quo institucional**, para a **dispersão de recursos em soluções pontuais**, e para a **degradação de muitas das áreas com que o país se tem vindo a comprometer proteger e regenerar.**

1.7 Governança Fragmentada e Participação Limitada

Os resultados dos encontros presenciais e online **sublinham uma percepção generalizada de fragmentação da governança do território, com pouca articulação entre o Estado central, autarquias, organizações da sociedade civil, associações de produtores, empresas e academia.** Muitas decisões de política florestal e de ordenamento são vistas como tecnocráticas ou sectoriais, com **escassa tradução das contribuições das comunidades locais e dos saberes tradicionais.**

Em paralelo, persiste uma narrativa dominante em que o mundo rural é visto sobretudo como espaço de extracção de recursos ou como cenário de riscos (incêndios, desertificação) e não como parte essencial da infraestrutura ecológica, produtiva e cultural do país. **O ordenamento do território permanece frequentemente ausente do núcleo da agenda política nacional,** apesar de estar na base de temas que já são percebidos como sendo de primeira ordem, tais como Segurança, Saúde, Água e Energia.

Os participantes identificaram a **necessidade de reforçar a participação cívica através de plataformas territoriais permanentes de governança participada, de um maior reconhecimento do papel das ONGs de conservação e de uma cultura de responsabilização partilhada, em que cidadãos, empresas e instituições públicas assumam compromissos concretos com a proteção e regeneração da paisagem.**

À semelhança do que acontece no setor social, onde organizações locais com profundo conhecimento dos territórios desempenham um papel de proximidade junto das comunidades e fazem a ligação entre estas e as políticas públicas, os participantes defenderam um maior reconhecimento das ONGs de conservação como agentes intermédios essenciais. Sendo que estas organizações podem facilitar o diálogo, promover a participação informada e contribuir para a tradução dos objetivos estratégicos e das políticas públicas em ações concretas de proteção e regeneração da paisagem.

2. Direções Estratégicas e Propostas

As propostas resultantes do processo foram organizadas em

cinco grandes eixos estratégicos, que se reforçam mutuamente:

- (i) priorização, restauro e regeneração ecológica;
- (ii) reforço da legislação e da fiscalização;
- (iii) governança e planeamento da paisagem;
- (iv) valorização económica e cadeias de valor alternativas;
- (v) participação, consciencialização e narrativa pública.

CAMINHOS PARA UMA PAISAGEM DIVERSIFICADA E MULTIFUNCIONAL



2.1 Priorização, restauro e regeneração ecológica

O eixo do restauro e regeneração ecológica articula medidas de priorização estratégica, mecanismos de intervenção em áreas críticas e apoio a iniciativas locais, procurando transformar o restauro numa política estruturante e não apenas reativa.

PROPOSTAS PRINCIPAIS:

Mapeamento e apoio a iniciativas locais de proteção e regeneração de espaços florestais degradados – mapear iniciativas locais de regeneração de territórios rurais “esquecidos”; promovendo a remoção de barreiras técnicas, financeiras e burocráticas que impedem a sua expansão; e criando programas específicos para escalar o impacto de projectos bem-sucedidos. Existindo já bons exemplos de projetos de conservação ou restauro em Portugal com potencial para escalar, esta representa uma das formas mais eficientes de gerar impacto: reforçar os meios de quem já o faz.

Criar grupos de trabalho multissetoriais por biorregião – criar grupos de trabalho por biorregião, envolvendo cidadãos, proprietários, municípios, baldios, empresas e organizações comunitárias na identificação de oportunidades e prioridades de restauro, mapeamento e promoção da rede de núcleos ecológicos, e o desenho de soluções adaptadas à realidade local. Mobilizando conhecimento tradicional e científico para construir modelos económicos viáveis para a floresta autóctone. Aproximando a gestão do território real, e reduzindo a centralização e ineficiência das decisões.

Priorização ao nível nacional e regional de áreas onde será urgente aplicar medidas ativas de restauro ecológico ou de reconversão do uso do solo – avaliação e priorização de espaços florestais onde será vantajoso e urgente intervir de forma ativa no seu restauro ou reconversão, alinhado com o **Plano Nacional de Restauro da Natureza (PTP)**, com foco em linhas de água, áreas ardidas recentes, eucaliptais e pinhais abandonados com forte regeneração de sub-bosque, zonas tampão de áreas protegidas e corredores ecológicos específicos.

Programas de reconversão de grandes áreas de eucaliptal e pinhal

abandonadas – definir grandes áreas de eucaliptal e pinhal abandonado, já em fase avançada de regeneração de sub-bosque, como áreas prioritárias de reconversão. Com instrumentos simplificados de intervenção – ex: servidões administrativas, contratos-programa, apoio técnico) – e metas temporais claras.

Restauro pós-fogo com planejamento e programas de formação plurianuais

– promover programa nacional de formações de curta duração para habilitar técnicos a formularem planos de restauro pós-fogo e a saber atuar no terreno. Que incluam fases de estabilização de emergência, proteção e promoção de núcleos de regeneração natural, reconversão dos espaços florestais através destes e outros métodos de assistência à regeneração natural, e o acompanhamento contínuo. Evitando a repetição de modelos que reconstituem paisagens altamente inflamáveis e bloqueiam a regeneração natural da paisagem. Apostando assim em programas com fases definidas, metas e financiamento associado, e com um framework claro de priorização por risco e potencial de regeneração. Com isto assegurando que as verbas sejam aplicadas na regeneração ou possível reconversão de áreas afetadas, e não alocadas a projetos avulsos sem ligações diretas a gestão de risco de incêndio e gestão ambiental. **Com o restauro pós-fogo como fase estruturante e obrigatória dos planos de gestão integrada de fogos rurais,** integrando as conclusões do projeto **SCAPEFIRE**, e abandonando abordagens demasiado reativas e contra-producentes de “reset e replantação”, **passaríamos a poder encarar os incêndios novamente como um ciclo ecológico gerível.**

2.2 Reforço da legislação e da fiscalização

No domínio da legislação e fiscalização, **as propostas convergem na criação de um quadro legal mais robusto para a protecção de ecossistemas nativos e para a regulação de monoculturas intensivas**, especialmente em áreas sensíveis como **Rede Natura 2000, Rede Nacional de Áreas Protegidas** e corredores ecológicos.

PRINCIPAIS PROPOSTAS:

Reforço e descentralização da fiscalização – aumentar significativamente o número de vigilantes da natureza e de equipas especializadas em fiscalização florestal, reforçando a presença do **ICNF** e **SEPNA** e criar instrumentos para delegar, quando adequado, funções de monitorização em ONGs e atores locais, com modelos claros de supervisão e prestação de contas. Em paralelo, devem ser usados meios de teledetecção, fotografia aérea e registo georreferenciado para detectar incumprimentos de forma mais rápida e menos onerosa. Melhorando assim rapidamente a execução institucional sem esperar por mudança de paradigma. Sendo que, a montante e jusante da fiscalização, existe atualmente um sistema jurídico e regime de sanções ainda demasiado ineficientes/inconsequentes, que também importa abordar.

Lei e programa de apoio à protecção de carvalhais, assim como de outras árvores e bosques autóctones raros – criação de um estatuto e programa de protecção específico para carvalhais e outros bosques autóctones, com moldes diferentes daquele que existe para o sobreiro e a azinheira. Esta lei permitiria condicionar intervenções destrutivas, mas promover cortes seletivos e gestão com cobertura contínua, reconhecendo o valor destes sistemas como infra-estruturas ecológicas essenciais. A sua aplicação exigiria ainda articulação entre **ICNF**, municípios, entidades gestoras locais e proprietários, com regras simples de licenciamento e fiscalização reforçada. Quando efetiva, esta medida de protecção beneficiará muito a capacidade de regeneração natural da paisagem com espécies nativas, traduzindo-se numa poupança drástica nos recursos, materiais, humanos e financeiros que de outro modo seriam necessários empregar.

Formação de operadores florestais – tornar acessível e obrigatória a formação específica de operadores florestais em métodos de conservação de solo e água, assistência à regeneração natural, prevenção de invasoras, condução e uso do fogo e demais boas práticas de fomento da sustentabilidade e biodiversidade dos espaços florestais. Associar a certificação profissional a habilitações de fiscalização e formação, e o acesso a contratos públicos e apoios financeiros. A execução pode ser feita em parceria com centros de formação profissional, associações de produtores e instituições técnicas, com módulos curtos e periódicos para facilitar a adesão. Sendo uma medida já consensual; que ajuda a descentralizar as responsabilidades de gestão, fiscalização e acompanhamento; e que vem multiplicar a capacidade de gestão e restauro ativo da paisagem.

Metas vinculativas de reconversão em áreas críticas – estabelecer objetivos quantitativos e calendários para a reconversão florestal em: linhas de água, zonas húmidas e restantes áreas abrangidas pelo **Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN)**; áreas classificadas como prioritárias para prevenção e segurança contra incêndios (ex: **APPS's**) e restante rede de faixas e mosaicos de gestão de combustível (do SGIFR), e áreas já especificamente reservadas para conservação e restauro da biodiversidade (ex: aquelas previstas no SNAC e PNRN). Articulando estes objetivos com os **Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGPs)**, **Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROFs)**, **Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRHs)**, e outro planeamento territorial relevante – com responsáveis institucionais claramente definidos e relatórios periódicos de execução.

Este mecanismo necessita sobretudo de um sistema simples de monitorização e de consequências claras em caso de incumprimento, incluindo reprogramação de fundos e intervenção administrativa. Sendo que com ele conseguir-se-á finalmente alavancar o investimento público necessário à transformação do território. Garantindo assim também o máximo impacto de cada euro investido – com ganhos de eficiência, durabilidade e multifuncionalidade.

Proibição efetiva de modelos intensivos incompatíveis com conservação em áreas classificadas – garantir proibição de silvicultura intensiva baseada em monoculturas lenhosas de crescimento rápido, cortes rasos sucessivos e uso extensivo de agroquímicos em áreas protegidas e Rede Natura 2000, privilegiando modelos de gestão mais próxima da natureza (ex: assistência à regeneração natural, silvicultura de cobertura contínua e mosaico agroflorestal). Para isso, excluindo a monocultura em áreas protegidas de qualquer mecanismo de financiamento público, e orientando os apoios para a adoção de sistemas mais multifuncionais e realmente compatíveis com objetivos de conservação da natureza.

Mobilizar empresas para compromissos de longo prazo com a paisagem onde operam, via obrigações de compensação e incentivos fiscais – apesar dos objetivos **ESG**, muitas empresas com impacto territorial relevante são ainda demasiado externas ao sistema ecológico onde se inserem. Sendo por isso recomendado que se as obriguem a cumprir “Planos de Contribuição Ecológica Territorial”, auditáveis por entidades independentes e com objetivos de investimento vinculativos – ex: projetos de restauro de linhas de água, integração de critérios de biodiversidade em cadeias de fornecimento, etc. Internalizando assim as externalidades/impactos decorrentes do seu negócio – ex: na hidrologia, risco de incêndio, qualidade do solo – e contribuindo para uma economia territorial mais integrada.

Implementar uma taxa de risco florestal para gestores e proprietários com povoamentos que elevem riscos à paisagem e população à sua volta, regulada mediante avaliação e adaptação junto do Estado, e com alocação das receitas a um fundo que recompensa sistemas mais resilientes e com impactos positivos na paisagem

- Tendo em conta que atualmente não temos gestão ativa ou cadastro das propriedades em boa parte do país, será útil fazer a distinção fiscal do nível de risco entre parcelas florestais – ex: áreas geridas ou áreas não-geridas, policultura ou monocultura, e povoamentos com maior ou menor % e nº de espécies exóticas – para fomentar essa responsabilidade. Idealmente sem aumentar demasiado a carga administrativa para Estado e proprietários, mas tentando ter em conta o risco de degradação dos serviços de ecossistema proporcionados pelos terrenos potencialmente afetados – ex: perdas de biodiversidade, capacidade de regeneração natural, fitossanidade, recursos hídricos, etc. – e não só os riscos de segurança mais diretos/imediatos – ex: pessoas, bens, infraestruturas públicas etc.; ~

Começando por se considerar limiares de área e atividade económica local mínimas – para não aumentar penalização e abandono de pequenos proprietários – e um limiar ou escalões de área combinada gerida por uma mesma empresa/grupo – para penalizar responsáveis maioritários do risco; Avaliando de seguida o nível de dependência/vulnerabilidade de uma dada parcela em relação ao seu entorno/vizinhança – ex: % de extrema/bordadura interna e/ou externa com nível de risco de incêndio médio-alto, e expondo assim a relação/contraste de risco entre parcelas. A receita resultante desta taxa seria então alocada a um fundo de apoio à regeneração das áreas atualmente mais carenciadas de financiamento – parcelas com 10-50 ha, geridas por projetos comunitários locais e inseridas em áreas reservadas para conservação – e esse apoio financeiro condicionado por uma formação obrigatória em boas práticas de gestão e restauro da paisagem – de forma a gerar a maior transparência e confiança possível neste tipo de políticas. Um forte sinal económico, internalizando custos sistémicos.

2.3 Governança e Planeamento da Paisagem

No eixo da governança e planeamento, as propostas enfatizam a necessidade de consolidar e acelerar instrumentos já existentes, como os Programas Regionais de Gestão da Paisagem (PRGP) e as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), e de integrar de forma coerente políticas e mecanismos de gestão de incêndios, biodiversidade, desenvolvimento regional e agrícola.

PROPOSTAS PRINCIPAIS:

Acelerar a implementação das AIGP e PRGP – reforçar o financiamento, simplificar a tramitação administrativa e clarificar a responsabilidade das entidades gestoras, garantindo que estas estruturas se traduzem em intervenções concretas e contínuas no território.

Actuação em áreas com proprietário desconhecido ou ausente – sendo expectável que **BUPI** fechará em Setembro de 2026 com 60% das áreas ainda com proprietário desconhecido ou ausente, será desejável começar a possibilitar que entidades gestoras de **AIGP**, e outros atores relevantes, intervenham em áreas com proprietário desconhecido ou ausente, sempre vinculadas ao cumprimento do plano da unidade de paisagem onde estão inseridas e de servidões administrativas bem reguladas. Recomendando-se começar primeiro por colocar o imóvel em questão no mercado e consultar os vizinhos sobre o seu direito de preferência para aquisição; e só caso esta solução não surta efeito então prosseguir para alocação da parcela a banco de terras ou (na falta de confiança neste tipo de mecanismo) ser diretamente passada para a tutela da associação de compartes mais próxima (ex: gestores de comunidade de baldios) – desde que cumpram formação obrigatória sobre restauro da paisagem, produção regenerativa e objetivos previstos no plano da unidade de paisagem. Caso a entidade gestora eleita (ex: associação de compartes) não tenha a capacidade de gerir e executar fisicamente as ações de restauro ou produção regenerativa, deverão então obrigatoriamente ser procurados os serviços de uma outra entidade com experiência e credibilidade na prática de gestão florestal e restauro ecológico (ex: organização de produtores florestais). Tudo isto com o objetivo de diversificar o uso de solo e mitigar situações de riscos ambientais, ao mesmo tempo que se respeita o **Direito de Propriedade**. Evitando bloqueios prolongados em áreas onde a ausência de proprietário impede qualquer gestão efetiva do risco.

Revisão dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF's) para alinhamento com uma visão de diversificação florestal – adaptar os **PROF**, que não mudam desde 2023, entre outros instrumentos de planeamento florestal, para integrarem explicitamente metas de diversificação, redução de risco estrutural, conectividade ecológica e valorização de serviços de ecossistema, incluindo critérios claros para limitar a expansão de monoculturas em áreas sensíveis. Os **PROF** devem passar a dialogar directamente com os **PRGP**, **AIGP** e restantes instrumentos territoriais, evitando contradições entre políticas sectoriais.

Articulação de planos e operações locais de gestão florestal, e risco de incêndio, com planos regionais de gestão de água, fitossanidade e biodiversidade – Reconhecimento efetivo na lei da necessidade de gestão florestal diferenciada e adaptada à realidade do terreno, valorizando áreas sensíveis, habitats pouco representados e espécies protegidas. Efetivando a integração das florestas de folhosas autóctones, e de métodos de assistência à regeneração natural, como de uso prioritário em faixas de gestão de combustível e áreas-mosaico do **SGIFR** – garantindo continuidade ecológica e redução de riscos, e tornando obrigatória a gestão adaptada em áreas com presença de pragas e espécies invasoras. Com alto retorno ecológico e prevenção da recorrência de incêndios.

2.4 Valorização económica e cadeias de valor alternativas

O reforço da legislação e da fiscalização só será sustentável se acompanhado de uma transformação dos incentivos económicos hoje existentes, de forma a tornar viáveis modelos mais diversos e resilientes de uso do solo.

PROPOSTAS PRINCIPAIS:

Comunicação estratégica, capacitação e assistência técnica estruturadas aos proprietários

– reforçar programas de capacitação e assistência técnica, gratuita ou co-financiada, para produtores que desejem reconverter as suas propriedades. Incluindo formação em assistência à regeneração natural, silvicultura de cobertura contínua, mosaico agroflorestal, certificados de origem e sustentabilidade, e acesso a mercados especializados. Podendo ser feito através de gabinetes territoriais, parcerias com associações de produtores e formação modular, de modo a reduzir barreiras administrativas e técnicas.

Alinhamento de instrumentos de financiamento existentes – reforçar e realinhar financiamento (ex: **Fundo Ambiental, PRR, PePAC**, programas regionais, etc.), actualmente focado em intervenções mecânicas recorrentes e em produtividades de ciclo curto, para programas que apoiem durante 20-25 anos a reconversão de espaços florestais problemáticos para sistemas mais resilientes e de produtividade alargada. Tendo como critérios de elegibilidade os benefícios ainda não tangíveis no mercado e que precisam ser valorizados – ex: biodiversidade, resistência aos incêndios, resiliência climática, adaptação às condições biogeográficas, e a sustentabilidade económica a longo prazo, para evitar subsídios contínuos do Estado; e privilegiando tanto métodos de assistência à regeneração natural, silvicultura de cobertura contínua e mosaico agroflorestal; como cadeias de valor baseadas em espécies autóctones, na qualidade dos produtos, e nos serviços de ecossistema providenciados. Sendo para isso importante a organização e formação de intermediários que possam apoiar as candidaturas dos proprietários rurais e a burocracia pós-execução, criar boletins mensais com os apoios disponíveis e/ou uma integrar uma plataforma/gabinete público de matchmaking para financiamento de projetos no terreno.

Sistema Nacional de Pagamentos por Serviços de Ecossistema (PSE) – criação de um sistema nacional de PSE que antecipe o retorno da gestão florestal em culturas de longa rotação, remunerando explicitamente hectares tratados e operações feitas no sentido das funções de regulação hídrica, prevenção de erosão, biodiversidade e sequestro de carbono. Com indicadores verificáveis de resultado ecológico pós-intervenção, uma monitorização independente e focada em áreas prioritárias definidas por critérios ecológicos. Os pagamentos devem ser simples de aceder, permitindo compensar proprietários pelo custo de oportunidade de manter ou recuperar sistemas mais diversos e resistentes. Viabilizando assim novamente uma gestão de longo prazo e contrariando a lógica da “limpeza” infinita, que atualmente bloqueia a capacidade de regeneração natural da paisagem.

Apoiar ativamente o desenvolvimento de cadeias de valor alternativas, inspiradas em casos de sucesso, através de instrumentos contratuais e de financiamento de longo prazo – promover o desenvolvimento de cadeias de valor alternativas – ex: produtos florestais não lenhosos de souts, montados, e outros sistemas multifuncionais; através da criação de centros de processamento partilhados, fomento de contratos-programa setoriais de longo prazo, instrumentos financeiros dedicados à aquisição e gestão de terrenos com objectivos de conservação e produção sustentável, e garantias de escoamento para produtos estratégicos na sucessão ecológica e económica regional – ex: mel, óleos essenciais, resina, cogumelos, bagas silvestres, castanha, bolota, cortiça, lã, compostos farmacêuticos, etc.; sendo todos condicionados a indicadores de gestão sustentável – ex: estado do solo, continuidade de regeneração natural, estabilidade hidrológica, etc.. Sendo também muito importante a aprendizagem com fileiras mais consolidadas – ex: em termos de organização, logística e acesso a mercados – de forma a dar maior previsibilidade a quem investe em sistemas de retorno mais lento, reduzindo o risco económico associado à transição, e aproximando a economia florestal portuguesa de uma gestão mais diversificada e regenerativa.

2.5 Participação, consciencialização e narrativa pública

No domínio da participação e consciencialização, o projecto gerou propostas para consolidar espaços permanentes de diálogo, reforçar o papel da sociedade civil na monitorização e defesa do território e elevar o ordenamento do território e a regeneração ecológica a temas de primeira ordem política – ao nível da saúde, educação ou segurança.

PROPOSTAS PRINCIPAIS:

Coligação nacional para concretização de um Pacto Social pela Floresta

Nativa – apoiar a consolidação de uma coligação nacional pela floresta nativa, integrando múltiplas organizações e movimentos, com capacidade para desenvolver ações coordenadas de comunicação pública e incidência política, incluindo a preparação de propostas legislativas e a participação ativa em processos de consulta pública. Idealmente resultando mais tarde na criação de “Conselhos Regionais de Paisagem e Resiliência Territorial”, com representação vinculativa do Estado, Municípios, ONGs e outras entidades relevantes – consolidando um modelo de governança multi-ator, acabando com visões afuniladas e reduzindo a fragmentação institucional.

Plataformas territoriais de governança participada de diferentes políticas ligadas à gestão de riscos, ordenamento florestal e restauro da natureza

– instituir plataformas de governança participada a nível de **AIGP, Comunidade Intermunicipal** ou biorregião, com representação de ONGs, autarquias, administração central, associações de produtores, empresas, academia e cidadãos. Estas plataformas ficariam responsáveis por acompanhar, validar e articular a implementação de diferentes políticas ligadas à gestão de riscos, ordenamento florestal e restauro da natureza – ex: por meio de assembleias de cidadãos vinculativas e/ou inspirando-se noutros exemplos internacionais. Passando-se assim de uma consulta não-vinculativa para um modelo de co-governança, com democracia mais funcional em matéria de ordenamento, e aproximando a decisão política à realidade ecológica, social e económica do território.

Campanhas de comunicação e responsabilização – desenvolver campanhas locais e nacionais de comunicação articulada sobre floresta, mundo rural e ordenamento do território como infraestruturas essenciais ao país, associadas a mecanismos robustos de responsabilização e denúncia anónima de crimes ambientais. Criando indicadores públicos sobre o estado ecológico territorial, tratando danos ao território como crime grave de interesse público e promovendo o desenvolvimento da legislação sobre ecocídio, a educação deixa de ser cultural e passa a ser infraestrutural. Sendo que a **Lei da Responsabilidade por Danos Ambientais** já prevê sanções a ameaças iminentes ou danos causados a espécies protegidas e respetivos habitats, todas as massas de água sob regime da **Lei da Água** e qualquer contaminação que crie risco significativo para a saúde pública. Já a **Lei de Bases do Clima** consagra e promove a estabilidade climática como património comum da humanidade, e assim também um bem jurídico sobre o qual qualquer cidadão pode invocar responsabilidades de dano e exigir cumprimento de obrigações por parte do Estado, empresas e outras entidades privadas. A sociedade passa assim a ver o sistema como “vivo” e a ativar a auto-regulação social.

Contratos-programas com ONGs de ambiente – estabelecer contratos-programas plurianuais com ONGs para ações de monitorização, restauro ecológico, vigilância e apoio à participação pública. Com indicadores ecológicos vinculativos, garantindo estabilidade financeira mínima e reforçando as capacidades técnicas destas organizações, que desempenham um papel importante em muitas áreas do país, mesmo actuando com baixos níveis de estabilidade financeira. Com isto as ONGs de Ambiente passariam a poder celebrar contratos plurianuais de execução territorial com o Estado – ex: como já acontece com as **Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)** – transitando de simples observadores para operadores do território.

Programas educativos e de intercâmbio territorial – promover programas educativos que aproximem jovens urbanos e rurais da realidade florestal, incluindo intercâmbios entre escolas do litoral e do interior, actividades de voluntariado em restauro ecológico e controlo de invasoras, e iniciativas que reforcem a ligação afectiva ao território. Com auxílio de professores, bombeiros e técnicos da proteção civil, e com recurso a infraestruturas já existentes – ex: escolas, quartel de bombeiros, autarquias, etc.

Reforço da narrativa pública do mundo rural como solução – apoiar iniciativas culturais, mediáticas e académicas que apresentem o mundo rural e os ecossistemas naturais como parte da solução para as crises climáticas, de biodiversidade, de segurança hídrica e de coesão territorial – contrariando visões que os reduzem a espaços problemáticos ou secundários.



3. Roteiro das Medidas Propostas: *Implementação Integrada*

A transformação proposta exige uma combinação de medidas de curto, médio e longo prazo, a implementar em paralelo e de forma coordenada, para maximizar ganhos de eficiência e eficácia. Não se trata apenas de “fazer mais”, mas de alinhar reformas legais, instrumentos financeiros, prática no terreno, conhecimento técnico e narrativa pública.

MEDIDAS INTEGRADAS DE CURTO PRAZO (1–3 ANOS)

a) Protecção imediata e redução rápida de riscos

- Identificar e proteger de imediato carvalhais, galerias ripícolas, manchas de floresta autóctone bem conservadas e áreas de elevado valor ecológico e capacidade de servir de barreira a incêndios, suspendendo cortes rasos em áreas sensíveis até estarem definidos regimes de gestão adequados.
- Reforçar equipas de fiscalização e vigilância, especialmente em áreas com elevada perigosidade de incêndio, priorizando a detecção de plantações ilegais de eucalipto e intervenções destrutivas que não seguem os **standards** da legislação.

b) Realinhamento rápido de financiamentos e programas existentes

- Rever critérios de programas já em curso (**PRR, Fundo Ambiental, PePAC, programas pós-incêndio**) para evitar que financiem soluções contraditórias entre si e assegurar que cada euro público investido contribui simultaneamente para redução de risco, aumento de biodiversidade e criação de valor local.
- Priorizar, no curto prazo, projectos que combinem reconversão de manchas críticas de monocultura e de matos pós-fogo com criação de mosaicos biodiversos próximos de povoações, infra-estruturas críticas, corredores ecológicos e áreas protegidas.

c) Capacitação focalizada e assistência técnica de proximidade

- Lançar programas de assistência técnica “ligeira” e de resposta rápida para pequenos e médios proprietários em zonas-piloto, ajudando a desenhar planos simples de reconversão e de gestão adaptativa com base em modelos já testados.
- Apoiar, com pequenas bolsas e formação, associações de produtores florestais e agroflorestais que queiram diversificar as suas carteiras de espécies e produtos, reforçando a sua capacidade para prestar serviços a múltiplos proprietários em regime de gestão agrupada.

d) Comunicação estratégica e educação ambiental básica

- Lançar campanhas públicas que expliquem, de forma simples, por que razão “mato nem sempre é abandono” e “nem toda a limpeza reduz risco”, clarificando diferenças entre desbaste, reconversão, restauro e simplificação excessiva da paisagem.
- Integrar, desde já, módulos de educação ambiental e territorial em programas escolares e de formação de adultos existentes, destacando o papel dos ecossistemas como infra-estrutura essencial do país (água, solo, clima, património cultural).

Estas frentes de curto prazo, quando accionadas em simultâneo, geram ganhos de eficiência: a protecção imediata evita perdas adicionais, a reorientação de financiamentos corrige impactos negativos, a assistência técnica transforma intenção em prática e a comunicação cria condições para aceitação social das mudanças.

MEDIDAS ESTRUTURANTES DE MÉDIO PRAZO (3–7 ANOS)

a) Consolidação de AIGP, PRGP e instrumentos de planeamento

- Garantir que todas as **AIGP** e **PRGP** passam da fase de planeamento para a implementação, com equipas técnicas estáveis, metas claras e monitorização transparente.
- Harmonizar **PROFs**, planos municipais e instrumentos sectoriais, para que deixem de existir incentivos contraditórios ao nível do mesmo território (por exemplo, financiamentos para expansão de monocultura em zonas que outros planos definem como prioritárias para diversificação).

b) Instalação de um sistema nacional de Pagamentos por Serviços de Ecossistema (PSE)

- Evoluir dos projectos piloto para um programa nacional de **PSE**, articulado com o quadro orçamental nacional e com fundos europeus, com regras simples para beneficiários e forte exigência em termos de adicionalidade ecológica.
- Integrar **PSE** e mercados de carbono/biodiversidade numa arquitectura coerente, de forma a evitar duplas contagens e garantir que os projectos mais apoiados são os que produzem maiores ganhos em resiliência ecológica e justiça territorial.

c) Reconfiguração progressiva de cadeias de valor

- Acompanhar, com instrumentos dedicados, a criação de centros de processamento partilhados (por exemplo, para frutos secos, plantas aromáticas, resinas, bagas, produtos silvopastoris), que permitam dar escala económica a sistemas diversificados.
- Estimular contratos de longo prazo entre produtores e empresas transformadoras interessadas em matérias-primas provenientes de sistemas biodiversos, associados a selos de origem e sustentabilidade.

d) Programas de educação ambiental e mudança de narrativa

- Implementar, de forma estruturada, programas de educação para o território e para o clima que envolvam escolas, universidades, bombeiros, associações culturais e meios de comunicação local, reforçando a percepção de que o ordenamento do território é tema de primeira ordem política.
- Fomentar projectos culturais (cinema, literatura, artes visuais, jornalismo de investigação) que tragam para o centro do debate público as histórias de sucesso de regeneração, as contradições das políticas actuais e as possibilidades de um novo contrato entre mundo rural e sociedade em geral.

TRANSFORMAÇÕES DE LONGO PRAZO (7-15 ANOS)

a) Paisagens multifuncionais como nova norma

- Alcançar, em biorregiões prioritárias, uma massa crítica de áreas reconvertidas em mosaicos multifuncionais, onde sistemas produtivos diversos, florestas autóctones e zonas de conservação se articulam numa matriz resiliente ao fogo e às alterações climáticas.
- Rever periodicamente metas de reconversão, com base em indicadores de risco, biodiversidade, serviços de ecossistema e desenvolvimento local, ajustando políticas conforme os resultados observados.

b) Cultura política que reconhece o território como infra-estrutura crítica

- Consolidar o ordenamento do território e a política de paisagem como temas centrais em programas de governo, debates eleitorais e pactos de regime, com compromissos de longo prazo que transcendam ciclos partidários.
- Manter e aprofundar a prática de **Assembleias de Cidadãos** e outros instrumentos de democracia participativa para decisões estratégicas ligadas ao uso do solo, reforçando a legitimidade das opções de longo prazo.

c) Sistema de conhecimento, monitorização e aprendizagem contínua

- Estabelecer um sistema nacional de monitorização da paisagem, combinando dados oficiais, ciência cidadã e contributos de ONGs, para avaliar de forma regular o impacto das políticas de regeneração e permitir correções de rota baseadas em evidência.
- Investir em redes de investigação e inovação orientadas para soluções de gestão adaptativa, assistência à regeneração natural, silvicultura próxima da natureza, agrofloresta e restauro ecológico, criando uma base científica que suporte decisões públicas e privadas.

4. Considerações finais

Capítulo I

O processo do **Encontro pelas Florestas: Nutrindo a Rede de Regeneração** confirma que Portugal dispõe já de conhecimento, instrumentos e atores preparados para iniciar uma mudança estrutural na forma como o território rural é pensado, gerido e valorizado. **O desafio não reside na identificação dos problemas, mas na capacidade de converter esse diagnóstico em políticas coerentes, capazes de alinhar conservação da natureza, restauro ecológico, produção e desenvolvimento territorial com valor acrescentado económico, ambiental e social.** A transformação possível é profunda precisamente porque se pode apoiar em recursos já existentes, em vez de depender exclusivamente da criação de novos mecanismos.

Existe, neste momento, uma oportunidade histórica para inverter a lógica de degradação de grandes áreas do país através de um planeamento à escala da paisagem, mais integrado, adaptativo e territorialmente sensível. A nova Lei de Restauro da Natureza, a necessidade de reformular o SGIFR, a urgência de tornar o PePAC mais responsivo aos objetivos ecológicos e territoriais e a existência de uma vasta rede de projectos, especialistas, organizações e comunidades já mobilizadas, criam as condições favoráveis para uma viragem estratégica: **passar de uma política frequentemente reativa, fragmentada e centrada na contenção do dano, para uma abordagem capaz de antecipar riscos, recuperar funções ecológicas e gerar nova utilidade social para o território.**

Este quadro abre espaço para **apostar de forma decidida nos ativos naturais do país como base de resiliência e prosperidade. Ecossistemas mais robustos, mosaicos florestais diversificados, linhas de água restauradas, sistemas agroflorestais e cadeias de valor ancoradas em espécies autóctones podem produzir benefícios cumulativos: reduzindo risco de incêndio, gerando maior disponibilidade hídrica, melhorando a qualidade dos solos, reforçando a biodiversidade, ajudando à fixação de população no meio rural e gerando atividades económicas mais estáveis e diferenciadas.** Ao contrário de um modelo centrado na simplificação e na extração rápida, esta abordagem gera valor de longo prazo e reduz custos futuros para o Estado, para as empresas e para as comunidades.

Mais do que uma agenda ambiental, **trata-se de uma agenda de competitividade territorial, coesão social e segurança coletiva. Portugal tem hoje a possibilidade de transformar a regeneração ecológica numa alavanca de modernização do território rural, articulando políticas públicas, ciência, participação cívica e investimento privado em torno de uma visão comum: a de que os ecossistemas não são um custo a suportar, mas uma infraestrutura essencial do país.** A concretização desta visão exigirá continuidade política, coordenação institucional e coragem reformista, mas o potencial de retorno para a sociedade portuguesa é muito elevado.



A stylized illustration in shades of blue and grey. It features rolling hills in the background and a silhouette of a person in the foreground, reaching out towards a small cluster of white dots. The person appears to be looking at or interacting with these dots.

Um Guia para a *Ação Cidadã no Território*

I. Introdução

Este documento é um espelho. Reflete a inteligência, a frustração e, acima de tudo, a esperança que emergiram de dezenas de conversas por todo o país. Não é por isso um manual técnico nem um manifesto político. É um convite à ação, uma partilha de aprendizagens e um mapa para os focos de energia que já estão a transformar a nossa paisagem.

As discussões do projecto **Encontro pelas Florestas** revelaram algo poderoso: a transformação da nossa paisagem não é apenas uma questão técnica ou política. É, acima de tudo, uma questão de cidadania. Sendo que as organizações e os especialistas têm o conhecimento técnico, mas são os cidadãos que conferem a legitimidade social para a mudança.

Este guia destina-se a si: a todos os que sentem a urgência de agir e querem saber por onde começar.

1.1 Contexto

Os pontos que se seguem são a **compilação feita a partir das mesas de trabalho** – nas 3 Assembleias de Cidadãos (Norte, Centro e Sul), e na sessão online, nos 3 Encontros Regionais das Organizações e, por fim, no **IV Encontro pelas Florestas** (1 a 3 de Maio 2026), **dos destaques da análise sobre a situação do território, e das prioridades de gestão e sugestões de acção que emergiram**. O conteúdo aqui apresentado trata-se, por isso, do que emergiu das vozes de todas as pessoas participantes nos eventos promovidos pela ReflorestarPT e parceiros entre 2025 e 2026, não sendo estritamente a opinião das entidades promotoras e parceiras do projecto.

Este documento tem acima de tudo o objectivo de informar e inspirar à acção, naquilo que é a visão maior de se conseguirem promover acções coordenadas no território por parte da sociedade civil, e ajudar a estabelecer os acordos sociais e entendimentos que sejam necessários para a existência de um **Pacto pela Floresta**, que mude a forma como o território tem sido gerido.

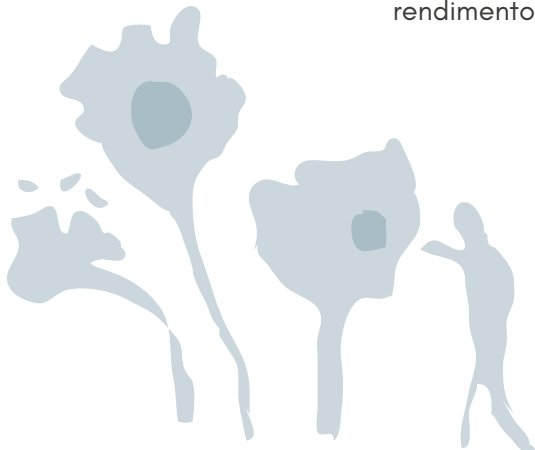
2. Da Reflexão à Ação: *Aprendizagens para a Regeneração do Território*

O que realmente valorizamos?

Por baixo das propostas, pulsa um conjunto de valores que nos move. Tudo começa com um desejo primordial de Segurança perante a ameaça do fogo, um catalisador brutal que exige Justiça: um sistema que recompense quem cuida e responsabilize quem gera risco. Para alcançar essa justiça, procuramos Autonomia para agir sem as amarras de uma burocracia paralisante. E essa autonomia só se torna poderosa através da Cooperação, pois a escala e a resiliência nascem da ajuda mútua. Na raiz de tudo, está o desejo profundo de Cuidado, Pertença e de reconstruir uma Ligação à Terra que sentimos ter sido quebrada.

Que relação com o território emerge?

A paisagem que desejamos é o oposto da monocultura. É uma floresta-jardim, diversa e multifuncional. Uma paisagem em mosaico onde produção, conservação e vida se entrelaçam. A relação que procuramos é de stewardship ativo e informado, onde podemos ser todos guardiões e gestores, e não meros proprietários passivos. O objetivo é reconstruir uma economia rural vibrante, onde cuidar do território seja uma profissão digna. Gerando rendimento e fixando pessoas que vivem da e com a paisagem.





2.3 Onde existe energia social?

A energia para a mudança já existe e é tangível. Encontra-se em modelos comunitários de sucesso, como os projetos de prevenção de incêndios que provam que a auto-organização funciona. Está na agência individual de catalisadores – pessoas que, por iniciativa própria, se tornam o rastilho para a transformação local. Pulsa em iniciativas concretas com provas dadas – cooperativas, produtos, projetos de restauro – que oferecem um "aqui está, funciona" mais poderoso que qualquer discurso. E, acima de tudo, a energia nasce no poder do encontro e da ajuda mútua, quando as pessoas descobrem que não estão sozinhas e que a sua força coletiva é maior do que imaginavam.

2.4 O que impede as pessoas de agir?

Um ciclo vicioso de paralisia alimenta-se de quatro bloqueios centrais. Um sentimento de impotência perante a complexidade legal e burocrática, que leva ao isolamento e à fragmentação do tecido social. Esta solidão é reforçada por uma burocracia asfixiante, que suga tempo e esperança, e por uma profunda desconfiança no sistema. Estes fatores criam um muro contra o qual a energia comunitária se esgota.

2.5 O que ajuda as pessoas a agir?

Felizmente, os antídotos para a paralisia são igualmente claros. O exemplo concreto e replicável é o antídoto para a impotência, pois prova que a mudança é possível. A aprendizagem prática e entre pares constrói a competência e o controlo que combatem a frustração. A liderança catalisadora – pessoas que conectam e organizam – é o que transforma a vontade dispersa em ação coordenada. E, na base de tudo, a confiança, construída em pequenas ações conjuntas, é o que quebra o isolamento e permite a cooperação.

2.6 Como nasce a cooperação?

A cooperação não é um dado adquirido; é um processo que pode ser cultivado. Nasce quando se parte de um problema concreto e partilhado, e não da ideologia. Floresce quando se usa uma linguagem de valores comuns (segurança, rendimento) em vez de jargão técnico. E consolida-se através de "pequenas vitórias" conjuntas, ações simples e bem-sucedidas que constroem a confiança necessária para ambições maiores.

2.7 O que surpreende?

Para lá dos consensos, surgiram ideias que desafiam o pensamento convencional.

Entre outros exemplos, realçamos os seguintes:

A noção de que o eucalipto pode ser uma ferramenta de regeneração em contextos específicos de solos degradados obriga-nos a pensar para além da diabolização de espécies.

A proposta de que as corporações façam lóbi por benefícios fiscais ligados a práticas regenerativas transforma o seu interesse próprio num potencial motor de mudança.

E a visão de um Estado com uma dupla personalidade – forte na fiscalização e flexível na inovação – aponta para uma governação mais sofisticada.

2.8 O que pode inspirar outras comunidades?

Certas histórias têm um poder inspirador universal. A história da oliveira adotada, que transforma abandono em rendimento e ligação afetiva. A história do legado pós-fogo, que transforma o trauma em propósito e resiliência a longo prazo. E a história da cooperação improvável entre comunidades distantes, que prova que as boas ideias não têm fronteiras e que a partilha de conhecimento é o início de tudo. Estas narrativas são a prova viva de que a mudança está ao nosso alcance.

Igualmente importante é mudar a narrativa vigente. Da desesperança relativamente ao mundo rural (do capítulo I: “Quando as comunidades deixam de acreditar que a paisagem pode voltar a ser produtiva, segura e socialmente valorizada, instala-se uma dinâmica de resignação que enfraquece a capacidade de mobilização, de cooperação e de reivindicação”) para a partilha das histórias de sucesso, das soluções implementadas. Do que está a acontecer em cada território rural como resposta à necessidade da mudança de paradigma de que a sociedade civil está consciente – e quer. É preciso re-imaginar novos futuros, uma outra floresta, uma outra dinâmica – viva – nos territórios rurais, onde a floresta é base, é abrigo e fonte de possibilidades.





50 Ideias de Ação Promissoras

A partir da riqueza das conversas, compilamos 50 ações concretas, simples e replicáveis, que podem ser iniciadas pelas pessoas, cidadãos e comunidades, para começar a cuidar do território amanhã mesmo.

3.1 Conhecer E Mapear O Território

Mapear as **linhas de água** da sua freguesia e identificar as que estão mais degradadas.

Criar um mapa de **terrenos baldios ou abandonados** no seu bairro/aldeia com potencial para hortas ou pequenos bosques.

Organizar uma caminhada para fazer um **inventário das espécies de árvores** nativas existentes na sua comunidade.

Mapear as **fontes, minas e outros pontos de água locais**, registando o seu estado de conservação.

Criar um mapa de **recursos comunitários**: quem tem ferramentas, quem tem conhecimento, quem tem tempo.

Identificar e mapear os **"pontos negros" de poluição** ou deposição de lixo na sua área.

Identificar **as áreas de maior risco de incêndio** perto de zonas habitacionais.

Fazer um levantamento dos **produtores locais** que usam práticas regenerativas.

Mapear os **negócios locais** (turismo, restaurantes) que poderiam beneficiar de uma paisagem mais cuidada.



3.2 Cuidar e Regenerar o Terreno

Organizar um **dia de limpeza comunitária** de uma linha de água ou de uma mata.

Construir pequenas **barreiras de contenção** com matéria orgânica para combater a erosão.

Criar um pequeno **viveiro comunitário** de árvores e arbustos nativos.

Criar uma **"ilha de biodiversidade"** num jardim público ou privado, deixando a vegetação crescer naturalmente.

Lançar uma **campanha de "adoção" de uma árvore** ou de um bocado de terreno.

Iniciar uma pequena **horta comunitária** num terreno cedido pela autarquia ou por um privado.

Organizar uma "ajudada" para **ajudar um proprietário** mais idoso a limpar o seu terreno.

Organizar uma **ação de controlo de espécies invasoras** numa área específica.

Colocar **estacas e fazer sementeiras diretas** de espécies nativas (bolotas, etc.) em áreas degradadas.

Construir um **"hotel de insetos" ou caixas-ninho** para aves e morcegos.



3.3 Conectar e Organizar a Comunidade

Criar um **grupo de WhatsApp ou Telegram** para vizinhos interessados no tema.

Organizar uma **visita a um projeto inspirador** noutra região.

Organizar um **encontro informal** (um lanche, um magusto) para as pessoas se conhecerem e falarem sobre o território.

Lançar uma apresentação online para **partilhar um modelo de sucesso** de outra comunidade.

Iniciar um **sistema de troca de sementes, plantas e produtos da horta**.

Formar um pequeno grupo para **ir às reuniões da Assembleia Municipal** e colocar questões sobre o ambiente.

Criar um **"banco de tempo" local** focado em tarefas de gestão da paisagem.

Propor uma **parceria a uma associação local** (desportiva, cultural) para integrar ações ambientais nas suas atividades.

Propor a criação de uma **cooperativa ou de um grupo de consumo** para produtos locais.

Conectar as gerações: os mais velhos (com conhecimento tradicional) com os mais novos (com energia e ferramentas digitais).

3.4 Educar E Celebrar A Ligação À Terra

Propor às escolas locais a criação de uma pequena **horta pedagógica** ou de um **"bosque da escola"**.

Criar **percursos pedestres sinalizados** com informação sobre a fauna e flora locais

Organizar **workshops práticos** abertos à comunidade (ex: como fazer compostagem, como podar, como identificar plantas).

Celebrar as estações do ano com atividades comunitárias ligadas aos ciclos da natureza.

Criar uma **"biblioteca de coisas"** com ferramentas agrícolas e de jardinagem para empréstimo.

Organizar **sessões de contos ou lendas locais** ligadas à paisagem.

Organizar um **festival ou uma feira para celebrar os produtos da terra** e as práticas regenerativas.

Promover um **concurso de fotografia ou desenho** sobre a beleza do território local.

Convidar um especialista local para uma **"conversa de café"** sobre um tema (água, solos, abelhas).

Criar um **pequeno boletim** (online ou em papel) com notícias sobre as ações ambientais da comunidade.

3.5 Influenciar e Exigir Mudança

Formar um grupo para responder em conjunto a **consultas públicas** de planos ambientais ou territoriais.

Apresentar uma proposta para que a **cantina da escola local** use mais produtos de agricultores da região.

Escrever **cartas aos jornais locais** sobre os problemas e as iniciativas da comunidade.

Fazer uma petição para a **criação de mais passagens para a fauna** em estradas locais.

Pedir uma **reunião com o Presidente da Junta ou da Câmara** para apresentar o mapa de "pontos negros" e exigir ação.

Organizar uma campanha para incentivar os negócios locais a reduzirem o plástico.

Documentar e denunciar sistematicamente descargas ilegais ou outras agressões ambientais.

Exigir que os **planos de proteção contra incêndios** sejam públicos, claros e discutidos com a população.

Pressionar a autarquia para que use apenas **plantas nativas nos espaços públicos**.

Apresentar uma **proposta de orçamento participativo** para um projeto de regeneração comunitária.

4. Cidadãos e Organizações *da Sociedade Civil*

4.1 Diferenças entre os Encontros e as Assembleias

As diferenças são menos de direcção e mais de **foco, linguagem e prioridades operacionais**.

ORGANIZAÇÕES	CIDADÃOS
Reformas estruturais (cadastro, PSE, governança)	Soluções práticas e visíveis
Instrumentos económicos complexos	Apoios directos e simples
Arquiteturas institucionais	Execução no terreno

Os cidadãos pensam em **resultados concretos e imediatos**; as organizações pensam em **sistemas e políticas**. Os cidadãos partem de **segurança e ordem**; as organizações de **transição ecológica**.

Relativamente ao **papel do Estado**, os Cidadãos têm uma expectativa **forte de liderança, fiscalização e financiamento**. Já as **Organizações defendem um Modelo de co-governança e descentralização**.

4.2 A comparação das perspectivas na sociedade civil

A comparação revela três pontos-chave:

- **Não há divergência de fundo** — cidadãos e organizações querem a mesma direção.
- As Assembleias trazem algo que faltava ao sector:
legitimidade social para mudanças difíceis (gestão coletiva, intervenção estatal, financiamento público).
- A **oportunidade estratégica** é clara:
As **Organizações trazem a capacidade técnica e a visão sistémica, enquanto os Cidadãos oferecem a legitimidade política e o foco em resultados concretos, pressionando** no sentido dos mesmos.

Se articulados, criam as condições para:

Reformas Estruturais	Financiamento Estável	Implementação em Escala.
----------------------	-----------------------	--------------------------

Os cidadãos pensam em **resultados concretos e imediatos**; as organizações pensam em **sistemas e políticas**. Os cidadãos partem de **segurança e ordem**; as organizações de **transição ecológica**.

Relativamente ao **papel do Estado**, os Cidadãos têm uma expectativa **forte de liderança, fiscalização e financiamento**. Já as **Organizações defendem um Modelo de co-governança e descentralização**.

4.3 Estratégias de articulação

Estamos num momento de forte propensão para se formar uma **Aliança social para reformas estruturais, através de uma coligação de legitimidade** onde participam:

Organizações, Cidadãos deliberativos (*através de Assembleias Cidadãs*) e **Municípios.**

A articulação entre organizações e cidadãos cria uma condição rara:

Capacidade técnica + legitimidade social + urgência pública.

O ponto crítico não é o desenho de políticas, é a **capacidade de execução visível e em escala suficiente para manter a confiança social.**

A transformação depende de alinhar três forças:

FORÇA	FONTE
Legitimidade social	Assembleias de Cidadãos
Capacidade técnica	Organizações
Decisão e escala	Governo + Financiamento

O ponto de **alavanca** principal é:

Transformar gestão da paisagem de tema ambiental em política de segurança, economia e redução de risco nacional.



5. A Mensagem Central: *O Poder de Cuidar, Juntos*

O que aprendemos, então, sobre a capacidade das comunidades cuidarem do território?

Aprendemos que a preocupação, por si só, não basta. A sensação de impotência perante a escala dos problemas é o nosso maior adversário, convencendo-nos a esperar que outros resolvam. O Encontro pelas Florestas oferece-nos uma verdade mais exigente, mas infinitamente mais esperançosa: a mudança não começa com um plano perfeito vindo de cima. Começa quando decidimos não esperar mais.

O primeiro passo para desarmar a impotência é tornar o problema mais pequeno. Não podemos regenerar um país inteiro de uma só vez, mas podemos limpar a ribeira da nossa aldeia. Cada "pequena vitória" – uma horta comunitária, um acordo de ajuda mútua – é uma prova de conceito que gera a confiança e a energia para o passo seguinte.

A segunda aprendizagem é que ninguém consegue fazer isto sozinho. O isolamento é o combustível da impotência. A nossa única estratégia viável é a cooperação. O futuro da paisagem não será construído por heróis solitários, mas por redes de vizinhos, por associações que colaboram, por comunidades que partilham conhecimento e se apoiam mutuamente.

A aprendizagem mais profunda é sobre o que realmente nos move. Não é a estatística, é o afeto. Agimos por amor a um lugar, para proteger as nossas famílias, para honrar os nossos antepassados e deixar um legado. A linguagem que nos une é a do cuidado.

Isto significa que a capacidade de cuidarmos do território depende, antes de mais, da nossa capacidade de nos reconectarmos uns com os outros e com a terra que pisamos. O caminho não é fácil. Exige tempo, paciência e resiliência. Mas o que as conversas deste Encontro mostraram é que a energia, a criatividade e a vontade já existem em abundância. A nossa tarefa não é esperar por um salvador. É encontrarmo-nos, reconhecerno-nos uns nos outros, e começarmos a tecer, fio a fio, a rede de cuidado que irá segurar e regenerar a nossa paisagem.

A floresta não precisa que a salvem. Precisa que cuidemos dela. Juntos.

O papel da Sociedade Civil é assumir a responsabilidade pela gestão de proximidade. Com o apoio e o enquadramento do Estado, são as comunidades locais, os baldios, as cooperativas e os grupos de proprietários que estão em melhor posição para gerir a paisagem de forma adaptativa e resiliente, porque são elas que detêm o conhecimento local e o interesse direto no bem-estar do seu território.

Agir com autonomia não é, portanto, ignorar o Estado, mas **sim forçá-lo a evoluir para uma parceria mais madura e eficaz**. É um **caminho exigente que combina a vigilância constante com a criatividade proativa**. Cada hectare recuperado, cada rede de vizinhos criada e cada proposta bem fundamentada que apresentamos é um passo na construção deste novo contrato com o nosso território.

A legitimidade está do nosso lado.

A hora de agir estrategicamente é agora.

Considerações *Finais*

O processo do **Encontro pelas Florestas: Nutrindo a Rede de Regeneração** confirma que Portugal dispõe já de conhecimento, instrumentos e atores preparados para iniciar uma mudança estrutural na forma como o território rural é pensado, gerido e valorizado. O desafio não reside na identificação dos problemas, mas na capacidade de converter esse diagnóstico em políticas coerentes, capazes de alinhar conservação da natureza, restauro ecológico, produção e desenvolvimento territorial com valor acrescentado económico, ambiental e social. A transformação possível é profunda precisamente porque se pode apoiar em recursos já existentes, em vez de depender exclusivamente da criação de novos mecanismos.

Existe, neste momento, uma oportunidade histórica para inverter a lógica de degradação de grandes áreas do país através de um planeamento à escala da paisagem, mais integrado, adaptativo e territorialmente sensível. A nova **Lei de Restauro da Natureza**, a necessidade de reformular o SGIFR, a urgência de tornar o PePAC mais responsivo aos objetivos ecológicos e territoriais e a existência de uma vasta rede de projectos, especialistas, organizações e comunidades já mobilizadas criam **condições particularmente favoráveis para uma viragem estratégica. O que está em causa é passar de uma política frequentemente reativa, fragmentada e centrada na contenção do dano, para uma abordagem capaz de antecipar riscos, recuperar funções ecológicas e gerar nova utilidade social para o território.**

Este quadro abre espaço para apostar de forma decidida nos activos naturais do país como base de resiliência e prosperidade. Ecossistemas mais robustos, mosaicos florestais diversificados, linhas de água restauradas, sistemas agroflorestais e cadeias de valor ancoradas em espécies autóctones podem produzir benefícios cumulativos: redução do risco de incêndio, maior disponibilidade hídrica, melhor qualidade dos solos, reforço da biodiversidade, maior fixação de população e criação de atividades económicas mais estáveis e diferenciadas. Ao contrário de um modelo centrado na simplificação e na extração rápida, esta abordagem gera valor de longo prazo e reduz custos futuros para o Estado, para as empresas e para as comunidades.

Mais do que uma agenda ambiental, trata-se de uma agenda de competitividade territorial, coesão social e segurança coletiva. Portugal tem hoje a possibilidade de transformar a regeneração ecológica numa alavanca de modernização do território rural, articulando políticas públicas, ciência, participação cívica e investimento privado em torno de uma visão comum: a de que os ecossistemas não são um custo a suportar, mas uma infraestrutura essencial do país. A concretização desta visão exigirá **continuidade política, coordenação institucional e coragem reformista**, mas o potencial de retorno para a sociedade portuguesa é muito elevado.



ANEXO 1

ENCONTROS REGIONAIS E ASSEMBLEIAS DE CIDADÃOS

Principais Resultados

ANEXO 1

Síntese Introdutória

A. Norte

Introdução

1. Assembleias de Cidadãos

1.1 Problemas

1.2 Soluções

2. Encontro Regional
de Organizações

2.1 Soluções

B. Centro

Introdução

1. Assembleias de Cidadãos

1.1 Problemas

1.2 Soluções

2. Encontro Regional
de Organizações

2.1 Soluções

C. Sul

Introdução

1. Assembleias de Cidadãos

1.1 Problemas

1.2 Soluções

2. Encontro Regional
de Organizações

2.1 Soluções

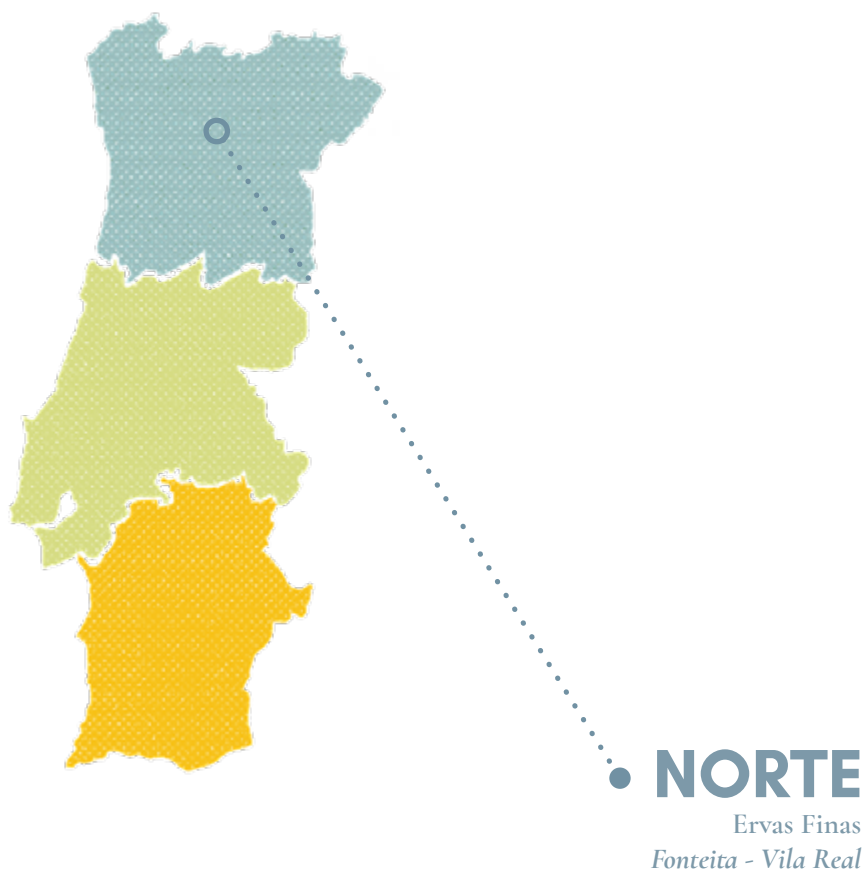
Conclusão

Síntese Introdutória

A análise conjunta dos contributos das **Assembleias de Cidadãos** e dos **Encontros Regionais de Organizações** evidencia uma notável convergência entre o Norte, Centro e Sul quanto aos desafios estruturais que condicionam a gestão da paisagem e da floresta em Portugal. Em todas as regiões emerge a necessidade de reforçar a educação e a literacia ambiental, promover modelos de governação mais participativos e descentralizados, apoiar a regeneração ecológica e criar mecanismos económicos que valorizem a biodiversidade e a gestão sustentável do território. A valorização do conhecimento local, o fortalecimento das comunidades e a promoção de formas colaborativas de gestão surgem igualmente como prioridades transversais.

Apesar desta visão comum, cada região reflete também desafios específicos associados às suas características ecológicas, sociais e territoriais. No Norte, destaca-se a preocupação com a perda de biodiversidade resultante da expansão das monoculturas florestais, a necessidade de restaurar a floresta autóctone e de reforçar a educação ambiental como base para uma nova cultura de relação com a natureza. No Centro, o foco incide sobretudo na fragmentação fundiária, na recuperação pós-incêndio e na criação de modelos de gestão agrupada que permitam transformar paisagens profundamente marcadas pelos grandes incêndios das últimas décadas. Já no Sul, assumem particular relevância a desertificação, a escassez hídrica e a necessidade de fortalecer sistemas agroflorestais, redes de cooperação e mecanismos de comunicação e mobilização social capazes de sustentar uma transição para modelos regenerativos adaptados às características do território.

Observa-se igualmente uma diferença de enfoque entre os dois processos participativos. As Assembleias de Cidadãos tendem a partir da experiência vivida pelas comunidades, identificando problemas sentidos no quotidiano e propondo soluções centradas na participação, na educação e na regeneração dos territórios. Por sua vez, os Encontros Regionais de Organizações traduzem muitas dessas prioridades em propostas de carácter mais operacional, apresentando instrumentos de política pública, mecanismos de governança, modelos de financiamento e estratégias de implementação. Em conjunto, estes dois processos oferecem uma visão complementar, articulando o conhecimento experiencial das comunidades com a perspetiva técnica e institucional das organizações, e constituem uma base sólida para a construção de uma estratégia nacional de regeneração da paisagem, simultaneamente adaptada às especificidades de cada região e assente em princípios comuns de sustentabilidade, participação e resiliência.



Ervas Finas
Fonteita - Vila Real

Os contributos recolhidos nas Assembleias de Cidadãos e no Encontro Regional de Organizações revelam uma visão amplamente convergente sobre os principais desafios e prioridades para a gestão da floresta no Norte de Portugal. Ambos os processos destacam a necessidade de reforçar a educação e a literacia ambiental, promover uma gestão territorial mais integrada e participativa e valorizar a floresta autóctone como elemento central da resiliência da paisagem. Existe igualmente um consenso em torno da importância de apoiar modelos de gestão regenerativa, capazes de conciliar biodiversidade, desenvolvimento rural e prevenção de incêndios.

Enquanto as Assembleias de Cidadãos enfatizam a identificação dos problemas sentidos pelas comunidades e as respetivas soluções, o Encontro Regional de Organizações aprofunda os mecanismos de implementação, propondo instrumentos de governança, enquadramento legal e incentivos económicos para concretizar essa visão comum. Juntos, estes contributos delineiam um caminho assente na participação das comunidades, na regeneração ecológica e numa gestão do território mais colaborativa e sustentável.

1. Assembleia de Cidadãos

1.1 - Problemas

a) Educação, consciencialização e cultura da floresta

Os participantes identificaram uma reduzida literacia ambiental e um fraco conhecimento sobre a ecologia e o funcionamento dos ecossistemas. Foi salientada a ausência de educação ambiental nas escolas e de formação para a gestão sustentável da floresta, bem como uma cultura que integre a natureza no quotidiano, nas responsabilidades sociais e na identidade das comunidades. Destacou-se ainda a falta de organização e comunicação entre a população, a persistência de más práticas de gestão e a necessidade de maior apoio às comunidades para promover a consciencialização ambiental.

b) Gestão territorial e políticas públicas

Foi apontada a inexistência de uma estratégia integrada de gestão do território, acompanhada por fraca fiscalização, legislação inadequada e reduzida coordenação entre entidades. Os participantes referiram igualmente a falta de apoio aos proprietários para alternativas à monocultura, regras pouco claras para a gestão de combustível, escassez de financiamento e uma insuficiente valorização das paisagens biodiversas e resilientes ao fogo.

c) Biodiversidade e regeneração dos ecossistemas

Os cidadãos manifestaram preocupação com a perda de biodiversidade, o abandono e despovoamento do meio rural, a baixa rentabilidade dos territórios e o declínio de atividades tradicionais como o pastoreio extensivo. Foi ainda identificada a reduzida capacidade de regeneração dos ecossistemas após incêndios, a ausência de bancos genéticos e viveiros de espécies autóctones e a progressiva substituição dos bosques nativos por paisagens pouco diversas.

d) Monocultura e modelo de gestão florestal

Foi amplamente criticada a expansão das monoculturas, em particular de eucalipto e pinheiro, associadas à indústria da pasta de papel, considerada responsável pela redução da biodiversidade e pelo aumento da vulnerabilidade aos incêndios. Os participantes defenderam uma mudança de paradigma, deixando de olhar a floresta apenas como combustível a gerir e passando a reconhecê-la como um ecossistema vivo que exige uma gestão regenerativa.

1.2 - Soluções

a) Educação, sensibilização e capacitação

Foi proposta a implementação de programas permanentes de educação ambiental nas escolas e de formação para adultos, complementados por ações de voluntariado, campanhas públicas de sensibilização e iniciativas que aproximem as comunidades da floresta. Os participantes sugeriram ainda programas de intercâmbio entre territórios, atividades práticas como hortas escolares, reforço da comunicação sobre boas práticas de gestão florestal e formação técnica para intervenções de restauro ecológico e recuperação pós-incêndio.

b) Governança e ordenamento do território

As propostas centraram-se na criação de uma gestão territorial mais participativa e descentralizada, através de grupos de trabalho biorregionais, bancos de terras e mecanismos que facilitem a gestão conjunta de propriedades abandonadas. Defendeu-se igualmente o reforço da fiscalização, a recuperação de profissões ligadas à gestão do território (como guardas florestais e pastores), legislação favorável à floresta autóctone e uma maior proteção das áreas ecologicamente relevantes.

c) Regeneração ecológica e valorização da biodiversidade

Os participantes propuseram a promoção de sistemas agroflorestais biodiversos, o reforço do financiamento para práticas regenerativas e a criação de redes de viveiros e bancos de sementes de origem local. Defendeu-se também a limitação das plantações de eucalipto, a recuperação de espécies autóctones, a criação de bancos genéticos e o desenvolvimento de modelos de economia regenerativa capazes de valorizar economicamente os serviços dos ecossistemas.

d) Participação comunitária

Foi recomendada a criação de brigadas florestais comunitárias, o reforço das assembleias de cidadãos e a realização regular de encontros locais para partilha de conhecimento, esclarecimento e construção coletiva de soluções. Os participantes defenderam ainda o envolvimento ativo dos municípios, escolas, associações, proteção civil e restantes atores locais em atividades práticas de regeneração da paisagem.

2. Encontro Regional de Organizações

2.1 - Soluções

a) Educação e envolvimento comunitário

As organizações defenderam uma estratégia de educação contínua que combine aprendizagem prática, participação cívica e cooperação entre escolas, comunidades e instituições. Entre as propostas destacam-se programas de intercâmbio entre alunos do litoral e do interior, jardins ecológicos como laboratórios vivos de aprendizagem, atividades ambientais anuais nas escolas e encontros regulares entre cidadãos, empresas, autarquias e organizações para promover a prevenção dos incêndios e a corresponsabilização na gestão do território.

b) Reforma institucional e governança

Foi proposta uma revisão do enquadramento legal da gestão florestal, permitindo uma intervenção mais eficaz em terrenos abandonados e reformulando os regimes de propriedade com participação de técnicos, comunidades e assembleias de cidadãos. As organizações defenderam igualmente a criação de uma estratégia nacional para proteção da floresta autóctone e de uma estrutura permanente de representação e advocacia dedicada à sua valorização.

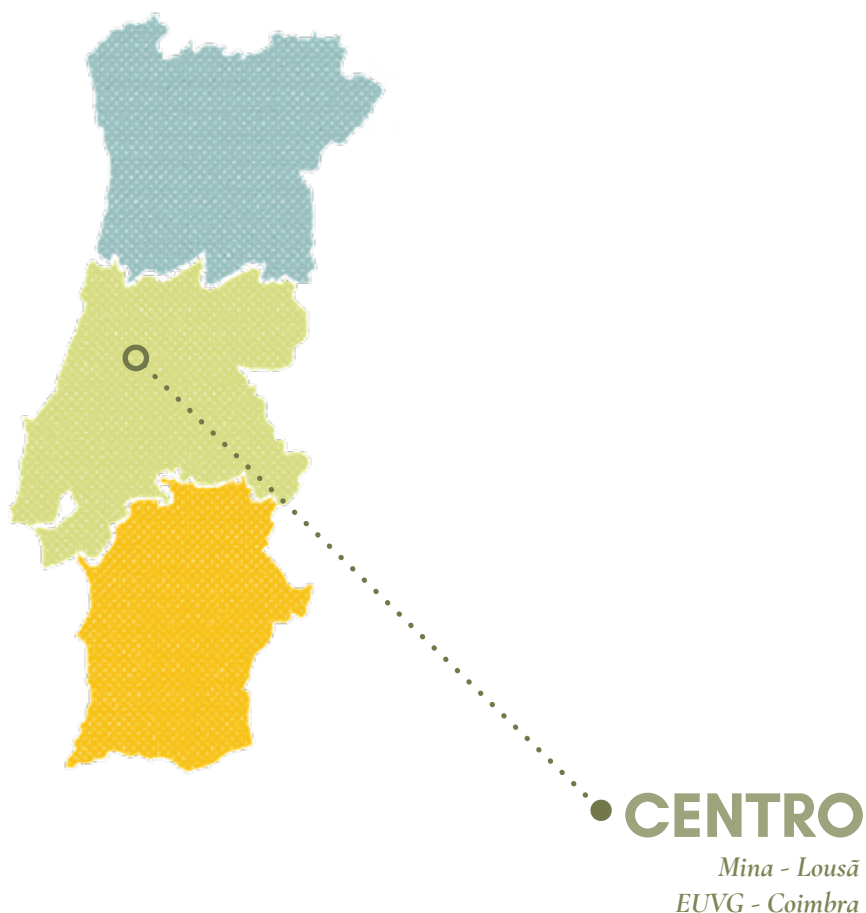
c) Instrumentos económicos e incentivos

As propostas procuraram alinhar os incentivos económicos com os objetivos de regeneração ambiental, através da criação de mecanismos financeiros para apoiar a fileira florestal sustentável, plataformas de apoio aos pequenos produtores, valorização dos serviços dos ecossistemas e instrumentos fiscais que desincentivem modelos de gestão geradores de maior risco florestal.

d) Gestão territorial e regeneração da paisagem

As organizações defenderam uma gestão integrada da paisagem baseada no conhecimento local e na participação ativa das comunidades. Entre as propostas incluem-se a utilização dos levantamentos existentes para planear intervenções, a recuperação de áreas degradadas através de sistemas agroflorestais e práticas regenerativas, o envolvimento de atores locais na definição das soluções e a integração intergeracional das comunidades nos processos de regeneração e valorização do território.

B.



Os contributos recolhidos nas Assembleias de Cidadãos e no Encontro Regional de Organizações revelam uma forte convergência em torno da necessidade de transformar o modelo de gestão da paisagem no Centro de Portugal. Ambos os processos identificam a fragmentação fundiária, a degradação dos ecossistemas, a fragilidade da governação e o abandono dos territórios rurais como fatores estruturais que agravam o risco de incêndio e comprometem a resiliência da paisagem. Existe igualmente consenso quanto à importância de reforçar a cooperação entre comunidades, promover modelos de gestão agrupada, investir na recuperação ecológica e criar mecanismos de financiamento de longo prazo para a regeneração do território. A educação, a valorização do conhecimento local e a mobilização da sociedade surgem também como condições essenciais para uma mudança duradoura. Enquanto as Assembleias de Cidadãos evidenciam os desafios sentidos pelas comunidades e apresentam soluções centradas na participação e na regeneração territorial, o Encontro Regional de Organizações traduz essas prioridades em propostas concretas de política pública, instrumentos de gestão e mecanismos de implementação.

1. Assembleia de Cidadãos

1.1 - Problemas

a) Desconexão social, perda de conhecimento e enfraquecimento das comunidades

Os participantes identificaram uma crescente perda de ligação entre as pessoas e o território, marcada pelo despovoamento, pela ausência de cooperação e pela desvalorização do conhecimento local. Destacaram-se a falta de enraizamento das novas gerações, a perda de saberes ecológicos e tradicionais, a escassez de mão de obra para cuidar da paisagem e a crescente desconexão com a natureza. Foram ainda referidas a insuficiente educação para a cooperação, a falta de conhecimento sobre soluções regenerativas e os impactos sociais do afastamento do meio natural.

b) Barreiras económicas e fragilidade dos modelos produtivos

Foi evidenciada a dificuldade em desenvolver modelos económicos sustentáveis num contexto de minifúndio, reduzida rentabilidade e escasso apoio às iniciativas locais. Os participantes apontaram a predominância de uma lógica económica orientada para o lucro imediato, a dificuldade de acesso a financiamento para projetos regenerativos, a fraca valorização das cooperativas e das novas fileiras agroflorestais, bem como o abandono progressivo da paisagem rural multifuncional.

c) Governança, legislação e políticas públicas

Os cidadãos consideraram que os atuais modelos de governação não respondem adequadamente às necessidades dos territórios rurais. Foram identificadas limitações na representatividade das comunidades locais, insuficiente apoio institucional, legislação pouco adaptada às realidades territoriais, reduzida fiscalização e uma excessiva influência de interesses económicos sobre as decisões políticas relacionadas com a gestão da paisagem.

d) Degradação ambiental e simplificação da paisagem

A expansão das monoculturas de eucalipto e pinheiro, associada à fragmentação fundiária e ao abandono rural, foi apontada como uma das principais causas da perda de biodiversidade e do aumento do risco de incêndio. Os participantes destacaram igualmente a ausência de planos estruturados de restauro ecológico, a proliferação de espécies invasoras e a falta de orientações técnicas para promover uma conversão florestal baseada em princípios ecológicos.

1.2 - Soluções

a) Educação, conhecimento e reconexão com o território

As propostas centraram-se no reforço da educação ambiental e da literacia ecológica em todas as faixas etárias, através de programas escolares, ações práticas na floresta, intercâmbios entre territórios e iniciativas que promovam uma ligação mais próxima entre pessoas, natureza e comunidade. Foi também sugerida a criação de plataformas de partilha de conhecimento, formação profissional na área florestal e espaços permanentes de participação cívica, como assembleias de cidadãos.

b) Organização comunitária e fortalecimento das redes locais

Os participantes defenderam uma maior descentralização da gestão territorial, apoiada em cooperativas, associações regionais e redes de colaboração entre cidadãos, técnicos e entidades públicas. Propuseram ainda centros locais de apoio técnico, incentivos ao repovoamento das aldeias, criação de reservas geridas pelas comunidades e mecanismos que reforcem a economia local e os mercados associados a produtos sustentáveis.

c) Reforma política e governança

Foi proposta a criação de um enquadramento legal mais favorável à gestão sustentável da paisagem, incluindo legislação baseada em princípios científicos, maior independência da gestão florestal relativamente aos ciclos políticos, reforço da guarda florestal e melhoria da fiscalização. Os participantes defenderam igualmente uma maior participação dos cidadãos e dos coletivos locais na definição das políticas públicas.

d) Instrumentos económicos para a regeneração

As soluções incluem o reforço do financiamento para projetos regenerativos, o apoio ao desenvolvimento de cadeias de valor agroflorestais biodiversas, mecanismos coletivos de acesso a fundos e programas nacionais e regionais destinados à revitalização das comunidades rurais e à promoção da resiliência territorial.

2. Encontro Regional de Organizações

2.1 - Soluções

a) Gestão integrada da recuperação pós-incêndio

As organizações defenderam a transformação da recuperação pós-incêndio num programa estruturante e contínuo, baseado em planos plurianuais, apoio técnico especializado e simplificação dos processos administrativos. Propuseram igualmente a realização de inventários ecológicos após os incêndios, a divulgação de boas práticas e o aproveitamento destes acontecimentos como oportunidades para promover mudanças estruturais na gestão da paisagem.

b) Estrutura fundiária e ordenamento do território

Foi proposta uma reforma dos instrumentos de ordenamento e da legislação fundiária, facilitando a agregação de propriedades, a gestão de terrenos abandonados e a adaptação dos instrumentos de planeamento florestal a modelos de paisagem multifuncionais. As organizações defenderam ainda objetivos vinculativos de reconversão da paisagem, acompanhados por mecanismos de monitorização e avaliação.

c) Modelos colaborativos de gestão e desenvolvimento territorial

As propostas privilegiam modelos de gestão agrupada envolvendo cooperativas, associações, autarquias, empresas e instituições de ensino, promovendo economias de escala e maior sustentabilidade. Foi igualmente defendida a criação de áreas multifuncionais que conciliem produção, conservação da biodiversidade, turismo, apicultura e outras atividades, bem como contratos-programa de longo prazo e projetos-piloto de inovação territorial.

d) Financiamento e valorização dos serviços dos ecossistemas

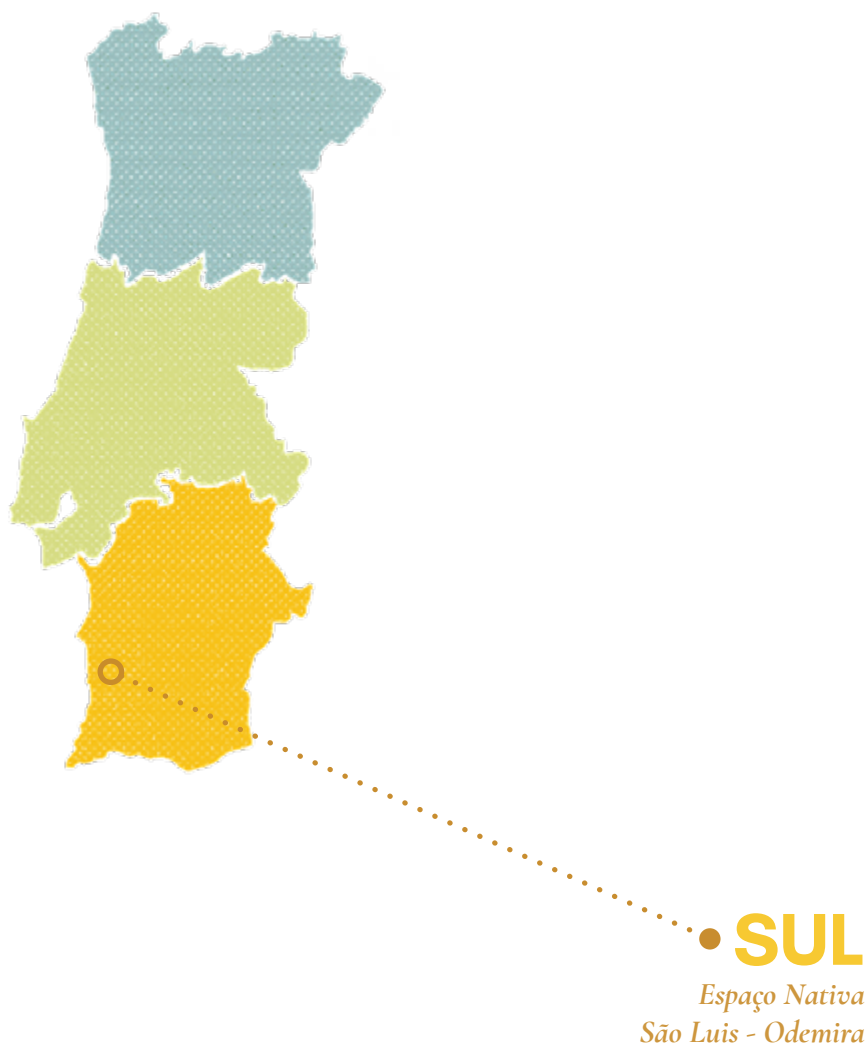
As organizações propuseram um novo contrato social que reconheça a responsabilidade partilhada entre Estado, empresas e sociedade no financiamento da regeneração dos territórios rurais. Entre as medidas destacam-se a criação de programas de pagamento por serviços dos ecossistemas, o redirecionamento dos incentivos públicos para a reconversão da paisagem e o desenvolvimento de campanhas de financiamento participativo para apoiar projetos locais.

e) Legislação ambiental e fiscalização

Foi defendido o reforço do enquadramento legal para proteger áreas de elevado valor ecológico, limitando monoculturas intensivas e cortes rasos em áreas protegidas. As propostas incluem ainda a formação obrigatória dos operadores florestais, critérios de sustentabilidade para as intervenções no terreno e uma fiscalização mais robusta, envolvendo instituições científicas e organizações da sociedade civil.

f) Comunicação, educação e mobilização social

As organizações salientaram a importância de promover campanhas de comunicação capazes de aproximar a sociedade da regeneração da paisagem, divulgando projetos de referência, redes de micro-reservas e boas práticas replicáveis. Defendeu-se igualmente a mobilização das comunidades através de voluntariado, assembleias de cidadãos, campanhas públicas e iniciativas que reforcem o reconhecimento do ordenamento do território como uma prioridade estratégica para a região.



Os contributos recolhidos nas Assembleias de Cidadãos e no Encontro Regional de Organizações revelam uma visão convergente sobre a necessidade de fortalecer a capacidade coletiva para regenerar as paisagens do Sul de Portugal. Ambos os processos destacam a importância de reforçar a educação ambiental, promover redes de cooperação entre cidadãos, organizações e instituições, e criar modelos de governação mais participativos e descentralizados. Existe igualmente consenso quanto à necessidade de apoiar sistemas agroflorestais diversificados, valorizar o conhecimento local e desenvolver instrumentos económicos que incentivem a gestão regenerativa do território.

A comunicação e a mobilização social surgem como elementos fundamentais para aproximar a sociedade da floresta e promover mudanças culturais e políticas. Enquanto as Assembleias de Cidadãos evidenciam os principais desafios sentidos pelas comunidades e propõem soluções centradas na participação e na transformação dos modelos de gestão, o Encontro Regional de Organizações apresenta propostas mais estruturadas para a sua implementação através de políticas públicas, redes colaborativas e mecanismos de coordenação nacional.

1. Assembleias de Cidadãos

1.1 - Problemas

a) Governança, políticas públicas e gestão do território

Os participantes identificaram fragilidades significativas na governação do território, destacando a falta de gestão florestal integrada, a insuficiência de políticas públicas consistentes e o excesso de burocracia no acesso a apoios e financiamento. Foram igualmente referidas dificuldades de acesso à informação, escassez de incentivos à policultura e à agrofloresta, reduzido apoio aos agricultores e proprietários e a influência de políticas e interesses económicos que favorecem modelos de monocultura em detrimento de sistemas regenerativos.

b) Economia local e organização comunitária

Foi salientada a fragilidade do tecido económico rural, marcada pelo envelhecimento da população, abandono do território, concentração da propriedade e reduzidas oportunidades para os jovens. Os participantes apontaram a predominância de modelos económicos individualizados e extrativos, a falta de mecanismos de financiamento para iniciativas locais e cooperativas, bem como a dificuldade em conciliar rentabilidade económica com conservação da biodiversidade.

c) Dinâmica social, cultura e educação

Os cidadãos identificaram uma crescente perda de ligação entre as comunidades e o território, acompanhada pela erosão do conhecimento tradicional e pela dificuldade em integrar novas abordagens regenerativas. Foram referidas limitações na cooperação entre associações, falta de auto-organização local, reduzida formação técnica, ausência de espaços de diálogo entre gerações e uma visão frequentemente mecanicista da natureza, dificultando uma compreensão mais integrada dos sistemas vivos.

d) Degradação ambiental e desafios técnicos

Os participantes manifestaram preocupação com a desertificação, a perda de biodiversidade, a expansão das monoculturas, a escassez de água e os impactos das alterações climáticas. Foram igualmente identificadas limitações técnicas, incluindo a falta de viveiros, de formação especializada, de mão de obra qualificada e de práticas regenerativas capazes de aumentar a resiliência da paisagem e reduzir o risco de incêndio.

1.2 - Soluções

a) Educação, formação e valorização do conhecimento

As propostas centram-se na transformação da educação ambiental, promovendo uma maior ligação entre escolas, comunidades e floresta através de experiências práticas, centros de aprendizagem e programas de formação técnica. Foi igualmente defendida a valorização dos conhecimentos tradicionais e dos modelos agroflorestais existentes, bem como a criação de espaços permanentes de aprendizagem e capacitação para diferentes públicos.

b) Governança participativa e cooperação local

Os participantes propuseram o reforço da democracia participativa através da criação de assembleias de cidadãos, encontros locais regulares, núcleos de interajuda e sistemas cooperativos que facilitem a partilha de informação, apoio técnico e tomada de decisão coletiva. Defendeu-se ainda uma maior articulação entre comunidades, autarquias e instituições públicas para apoiar processos de transição agroecológica.

c) Cultura, comunidade e relação com o território

Foi salientada a necessidade de reconstruir o sentido de pertença ao território através da valorização das práticas culturais ligadas à floresta, do contacto direto com os ecossistemas e da criação de espaços de convivência entre diferentes gerações. As propostas incluem jardins biodiversos, encontros comunitários, partilha de saberes entre proprietários e jovens e iniciativas que reforcem a ligação emocional e cultural à paisagem.

d) Modelos económicos e agroecologia

Os participantes defenderam a diversificação da produção agroflorestal, o desenvolvimento de economias locais baseadas na floresta nativa e a valorização de cadeias de valor sustentáveis. Entre as propostas destacam-se a promoção da agricultura sintrópica, o apoio ao cooperativismo, o planeamento biorregional, a utilização de tecnologias adaptadas aos sistemas agroflorestais e a criação de estruturas que assegurem a viabilidade económica da regeneração da paisagem.

2. Encontro Regional de Organizações

2.1 Soluções

a) Comunicação, redes e influência política

As organizações defenderam a criação de uma estratégia nacional de comunicação para a regeneração da paisagem, baseada em redes colaborativas entre organizações, academia, cidadãos e entidades públicas. Foram propostas plataformas digitais de partilha de projetos, encontros nacionais e regionais para coordenação de estratégias, campanhas públicas de sensibilização, mecanismos de advocacia e instrumentos de recolha de evidência científica que apoiem a formulação de políticas públicas e a melhoria da legislação ambiental.

b) Educação, capacitação e formação

As propostas destacam a integração da educação ambiental em todos os níveis de ensino, através de disciplinas dedicadas à natureza, hortas e florestas escolares, experiências práticas em contexto real e projetos desenvolvidos em parceria com municípios, empresas e organizações da sociedade civil. Foi igualmente sugerida a criação de escolas profissionais dedicadas à regeneração florestal, programas de formação para proprietários e técnicos e espaços permanentes de aprendizagem e troca de conhecimento.

c) Mobilização comunitária e participação cidadã

As organizações propuseram o reforço da participação das comunidades através de assembleias de cidadãos, sessões de cocriação, eventos culturais, celebrações da floresta nativa e atividades intergeracionais que aproximem a população da gestão do território. Foram ainda defendidos mecanismos de apoio às associações locais, à criação de cooperativas, ao voluntariado ambiental e ao envolvimento ativo dos cidadãos nos processos de decisão.

d) Governança e reforma das políticas públicas

Foi defendida uma maior descentralização da gestão territorial, acompanhada pela revisão dos instrumentos legais relacionados com cadastro, heranças e planeamento florestal. As propostas incluem igualmente o fortalecimento do ICNF, a criação de estruturas regionais de apoio à agrofloresta, a implementação de assembleias de cidadãos como instrumentos de validação de políticas públicas, a bioregionalização da gestão do território e novos mecanismos de financiamento para a regeneração da paisagem.

e) Agrofloresta e gestão regenerativa da paisagem

As organizações defenderam uma transição para modelos agroflorestais diversificados, assentes na valorização do montado, da floresta nativa e das cadeias de valor locais. Entre as propostas incluem-se a criação de infraestruturas partilhadas para transformação de produtos agroflorestais, plataformas de mapeamento de produtores e organizações, incentivos à cooperação regional, restrições a práticas prejudiciais aos ecossistemas e mecanismos de partilha de conhecimento que facilitem a adoção de práticas regenerativas e a gestão sustentável da paisagem.

Conclusão

Os contributos recolhidos nas Assembleias de Cidadãos e nos Encontros Regionais de Organizações revelam uma visão amplamente convergente sobre os desafios e as oportunidades para a regeneração da paisagem em Portugal. Apesar das especificidades do Norte, Centro e Sul, todas as regiões identificam como prioridades a valorização da biodiversidade, o reforço da educação ambiental, uma governação mais participativa e modelos de gestão territorial mais resilientes. As propostas apresentadas evidenciam também a necessidade de alinhar políticas públicas, incentivos económicos e envolvimento comunitário numa estratégia integrada de longo prazo. Em conjunto, estes processos participativos constituem uma base sólida de conhecimento e consenso, capaz de orientar futuras políticas e ações para uma gestão mais sustentável, colaborativa e regenerativa do território nacional.



* This work is licensed under CC BY-SA 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>



ANEXO 2

ENCONTRO PELAS FLORESTAS

Análise Sistémica e Desenvolvimento de Propostas Políticas

ANEXO 2

1. Enquadramento Metodológico

2. Estrutura de Análise das Propostas

- 2.1. Proibição de monoculturas superintensivas
- 2.2. Definir metas vinculativas de reconversão em áreas críticas
 - 2.3. Governança e Planeamento da Paisagem
 - 2.4. Implementação de taxa de risco florestal
 - 2.5. Reforço da fiscalização efetiva no território
- 2.6. Acesso à formação específica de operadores florestais
- 2.7. Valorização Económica e Cadeias de Valor Alternativas



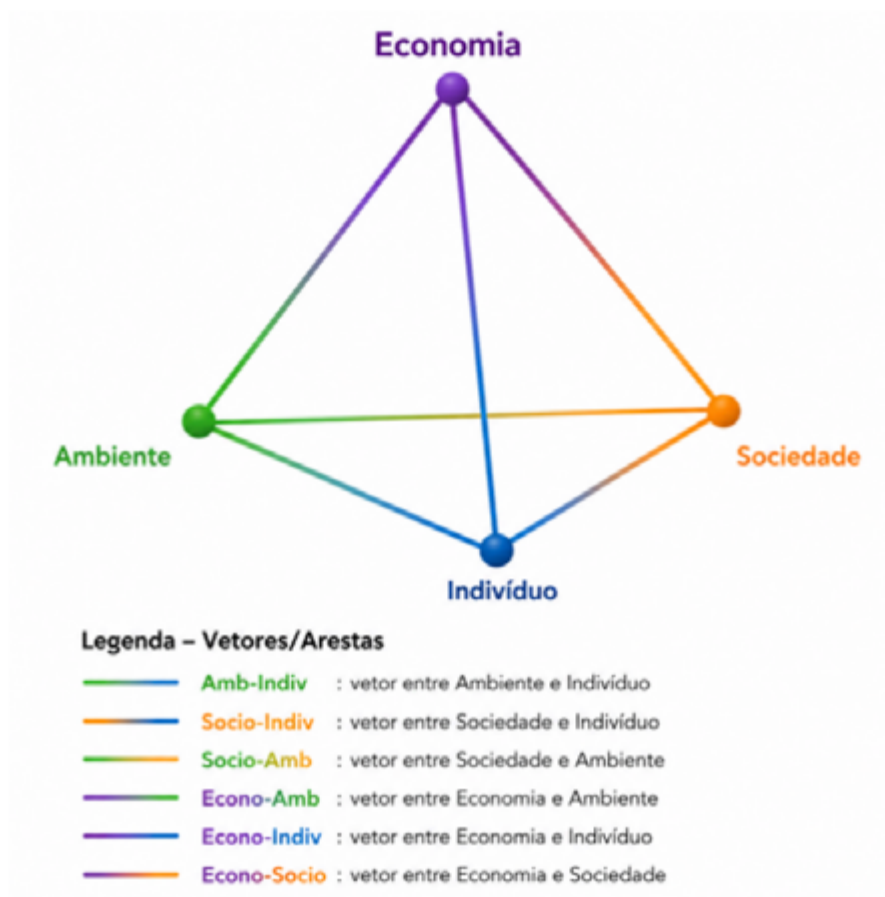
* This work is licensed under CC BY-SA 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

1. Enquadramento Metodológico

Equilíbrio entre fatores de sustentabilidade

Inspirados pela teoria de governança dos “4 Pilares da Sustentabilidade”, e tendo em conta a tendência humana para formular soluções demasiado genéricas para problemas complexos, começamos por considerar que a sustentabilidade civilizacional está diretamente dependente do equilíbrio estrutural, entre quatro polos – Ambiente, Indivíduo, Sociedade, e Economia – e que a força de cada um deles terá naturalmente oscilações no tempo, com desequilíbrios e reações sistémicas.

Admitindo que, quanto mais fortes e equilibrados entre si estiverem estes pólos maior será o potencial de complexidade (riqueza e resiliência) do nosso sistema-mundo, verificamos que o conjunto dos vetores (relações) de polaridade (interdependência) forma conceptualmente uma estrutura piramidal e dinâmica. Que pode ser lida e interpretada de forma clara, à luz do contexto temporal e espacial de atuação, e assim auxiliar na avaliação (a priori ou a posteriori) da qualidade e impacto sistémico das mais variadas propostas, tanto de políticas públicas ao nível nacional como de ações cidadãs ao nível local.



Espaço-Temporal

Prazo de implementação e escala territorial;

Económico-Ambiental

Impacto estrutural, relação entre desenvolvimento económico e regeneração ecológica e custo da inação;

Socioambiental

Prioridade às áreas críticas, promoção de mudança cultural e reforço da autossuficiência territorial;

Socioeconómico

Implementação progressiva, grau de centralização, aceitação pelas comunidades e contributo para o bem-estar.

As propostas foram ainda caracterizadas segundo um conjunto de métricas comuns: prazo de implementação (curto, médio ou longo), escala territorial (local, regional ou nacional), nível de contributo (-2 a +2) e nível de risco (baixo a muito alto).

2. Estrutura de Análise das Propostas

Sobre as 26 propostas-síntese apresentadas no documento principal, decorreu uma sondagem que foi apresentada na sessão nacional online e 7 foram aprofundadas em grupos de trabalho durante o IV Encontro pelas Florestas.

Nas secções seguintes apresenta-se, para cada uma dessas propostas, a versão inicial, os principais contributos da consulta pública e dos grupos de trabalho, bem como uma avaliação final baseada nos critérios de equilíbrio sistémico, identificando potenciais sinergias, limitações e oportunidades de desenvolvimento.

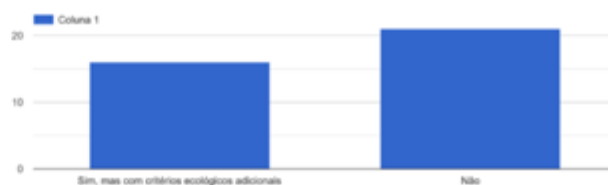
2.1 Proibição de monoculturas superintensivas

Reforço da Legislação e da Fiscalização – Proibição de monoculturas superintensivas (especialmente com espécies exóticas de crescimento rápido) em áreas protegidas e de qualquer tipo de instrumento de financiamento ambiental (ex: créditos de carbono ou ecossistema), exigindo sempre adicionalidade ecológica mínima (biodiversidade, solo e água não são um "+"), de forma a redirecionar os apoios para sistemas realmente compatíveis com as metas de conservação da natureza.

Imagem 2.1.1 – Impacto da limitação de monoculturas florestais



3 - As monoculturas florestais intensivas deveriam poder gerar créditos de carbono?



Leitura e Caminhos de Desenvolvimento

Trata-se de uma proposta com elevado potencial de impacto estrutural, embora politicamente sensível. O seu objetivo é redirecionar os incentivos para sistemas de gestão mais resilientes e compatíveis com a conservação da natureza.

Para o seu desenvolvimento foram identificadas as seguintes questões:

Como definir o conceito de "monocultura superintensiva" (espécie, idade, densidade, modelo de gestão, etc.)?

Devem os sistemas mistos ter um enquadramento próprio?

Quem assegura a fiscalização?

Como financiar a reconversão dos povoamentos existentes?

Que apoios poderão ser redirecionados (créditos de carbono, fundos ambientais, PRR, PEPAC, etc.)?

Devem existir mecanismos de compensação para pequenos proprietários em transição?

Outputs esperados:

Critérios para distinguir sistemas elegíveis e não elegíveis;

Propostas de financiamento para alternativas sustentáveis;

Recomendações para uma transição faseada.

Contributos Específicos do Grupo de Trabalho do IV EPF

1. Os povoamentos visados são, especificamente, as monoculturas de espécies arbóreas (ex.: eucalipto e pinheiro no Centro e Norte; olival, amendoal e nogueiral no Sul). Idealmente, não deveria haver qualquer incentivo ou autorização para a plantação de espécies exóticas, especialmente em áreas protegidas (ex.: Rede Natura 2000 e outras áreas do SNAC), independentemente de serem ou não superintensivas.

Nota: A proibição encontra-se, em grande parte, á prevista na legislação, faltando garantir a sua fiscalização e aplicação efetiva.

2. Redução drástica dos povoamentos monoculturais de espécies exóticas em todo o território, através da definição de limites regionais, ajustados às características edafoclimáticas atuais e aos cenários futuros (em planos de paisagem ou outros instrumentos de ordenamento do território), acompanhados por incentivos à reconversão dos povoamentos existentes.

Nota: A Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, já estabelece limites máximos para a área ocupada por eucalipto à escala municipal e regional.

3. Expropriação, com ou sem indemnização, sobretudo de propriedades de menor dimensão e reduzida rentabilidade, para redistribuição da tutela da gestão através da Bolsa de Terras, contribuindo para combater o abandono e o despovoamento.

Nota: Verificar o enquadramento legal e eventuais processos de expropriação previstos até ao final de 2026.

4. Subsidiar a instalação de espécies nativas, com o objetivo de criar discontinuidades de combustível na paisagem e aumentar a área ocupada por espécies folhosas.

5. Reforçar a comunicação e sensibilização para os impactos negativos da monocultura e do cultivo superintensivo — tanto de espécies exóticas como nativas — incluindo a responsabilização das entidades promotoras.

6. Tornar obrigatória a instalação de áreas florestais com objetivos de conservação, em complemento das plantações destinadas à produção.

7. Reduzir drasticamente os povoamentos superintensivos de espécies nativas (ex.: olival).

Síntese

A discussão evidenciou que a transformação da floresta exige ir além da narrativa simplista do "eucalipto mau". Implica corrigir incentivos económicos perversos, reconhecer as diferentes realidades ecológicas do território e, acima de tudo, garantir o cumprimento efetivo da legislação existente.

CONTRIBUTO PARA O EQUILÍBRIO SISTÉMICO

Espaço-Temporal

Prazo de implementação: Médio (3-7 anos)

Escala de implementação: Nacional

Económico-Ambiental

Simbiose ecológico-económica: +2 (muito contributivo)

Potencial de impacto: +2 (muito elevado)

Urgência / custo da inação: +1 (elevado)

Socio-Ambiental

Priorização de áreas críticas: +2 (muito contributivo)

Mudança cultural: +2 (muito contributivo)

Autossuficiência territorial: +1 (contributivo)

Socio-Económico

Implementação modular e progressiva: +1 (elevada)

Necessidade de centralização: -2 (muito elevada)

Consensualidade: 0 (média)

Contributo para o bem-estar: +2 (muito contributivo)

2.2 - Definir metas vinculativas de reconversão em áreas críticas

Reforço da Legislação e Fiscalização – Definir metas vinculativas de reconversão em áreas críticas (ex: alta perigosidade de incêndio, faixas e mosaicos de gestão de combustível, áreas protegidas), com metas temporais e mecanismos de acompanhamento.

– Impressões da sondagem on line:

1 - Considera que o Estado deve estabelecer metas obrigatórias de reconversão florestal em áreas com elevado risco de incêndio?



Leitura e caminhos de desenvolvimento

Trata-se de uma proposta com elevado potencial de alavancagem sistémica, sobretudo se articulada com os PRGP e as AIGP, priorizando linhas de água, mosaicos de gestão e áreas envolventes às povoações.

Questões para desenvolvimento:

Que áreas devem ser consideradas "críticas" (risco de incêndio, erosão, proteção de aquíferos, biodiversidade, proximidade a povoações, etc.)?

Quem define os objetivos e metas, e com que base técnica (ex.: articulação com os Planos Regionais de Ordenamento Florestal)?

Qual o nível administrativo mais adequado para a sua implementação (municípios, comunidades intermunicipais, regiões)?

Que mecanismos devem existir em caso de incumprimento por parte dos proprietários?

Que incentivos devem acompanhar estas obrigações (ex.: linhas de financiamento para reconversão)?

Quem define as metas, assegura a fiscalização e acompanha a execução?

Outputs esperados:

Proposta de indicadores de monitorização;

Modelo de acompanhamento e avaliação;

Definição do papel do Estado, dos municípios e dos proprietários;

Propostas de incentivos e sanções proporcionais.

Contributos específicos do grupo de trabalho do IV EPF

- 1.** Dada a sua elevada multifuncionalidade (mitigação do risco de incêndio, conectividade ecológica, amenização climática, recarga de aquíferos, entre outras) e o elevado rácio custo-benefício do seu restauro, as linhas de água devem constituir a principal prioridade de investimento público. Idealmente, a intervenção deverá iniciar-se nas zonas costeiras e progredir para montante (foz ° cabeceiras), favorecendo a entrada de humidade marítima e facilitando a regeneração das áreas mais interiores.
- 2.** No curto prazo, considerando que as zonas húmidas já beneficiam de enquadramento legal para proteção e restauro, e que persiste um problema de fragmentação fundiária e indefinição da tutela, propõe-se a criação de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) dedicadas ao restauro da rede hidrográfica, às quais poderia ser atribuída a gestão de terrenos públicos ou abandonados, especialmente em áreas REN e RAN.
- 3.** Para facilitar a reflorestação e reconversão das cabeceiras, propõe-se a criação de um roteiro de boas práticas, com exemplos visitáveis de floresta nativa, destinado à formação de proprietários, escolas e à promoção dos objetivos de longo prazo dos planos de gestão.
- 4.** Para reforçar a monitorização, sugere-se a criação de rotas de transecto ao longo das linhas de água e a atualização periódica da cartografia biofísica (ex.: LiDAR e NDVI), envolvendo técnicos, ONGAs e cidadãos.
- 5.** A avaliação da gestão deverá centrar-se nos resultados obtidos, e não apenas nas ações executadas, recorrendo a indicadores simples, como a densidade da cobertura arbórea e o estado da sucessão ecológica.
- 6.** Para promover o cumprimento dos objetivos de gestão, poderão existir sanções proporcionais (ex.: devolução de apoios do PEPAC), privilegiando, contudo, mecanismos de incentivo aos proprietários, como apoio técnico, reconhecimento público, benefícios fiscais ou outras formas de valorização, fomentando uma cultura de boas práticas, colaboração e responsabilidade.

Síntese

O principal contributo do grupo não foi um plano técnico de reflorestação, mas a proposta de um modelo de governança que cria as condições sociais, institucionais e económicas necessárias para tornar a regeneração ecológica efetivamente exequível.

CONTRIBUTO PARA O EQUILÍBRIO SISTÉMICO

Espaço-Temporal

Prazo de implementação: Médio (3-7 anos)

Escala de implementação: Nacional

Económico-Ambiental

Simbiose ecológico-económica: +2 (muito contributivo)

Potencial de impacto: +2 (muito elevado)

Urgência / custo da inação: +2 (muito elevado)

Socio-Ambiental

Priorização de áreas críticas: +2 (muito contributivo)

Mudança cultural: +1 (contributivo)

Autossuficiência territorial: +1 (contributivo)

Socio-Económico

Implementação modular e progressiva: +1 (elevada)

Necessidade de centralização: -2 (muito elevada)

Consensualidade: +1 (elevada)

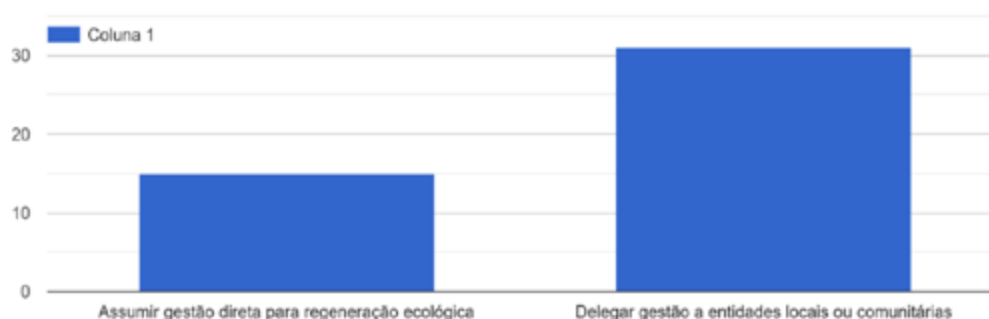
Contributo para o bem-estar: +2 (muito contributivo)

2.3 - Governança e Planeamento da Paisagem

Legislação que permita ao Estado (e suas entidades) e/ou entidades gestoras de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP's) intervir com gestão continuada em terrenos privados abandonados ou não identificados, via servidões administrativas, entre outras, numa estratégia de regeneração e aumento da resiliência e produtividade dos sistemas florestais.

- Impressões da sondagem online:

2 - Em terrenos abandonados ou sem proprietário identificado, o Estado deveria:



Leitura e caminhos de desenvolvimento

Trata-se de uma das propostas com maior potencial transformador, embora também das mais sensíveis do ponto de vista jurídico. A sua implementação poderá desbloquear o restauro ecológico de áreas críticas atualmente sem gestão eficaz.

Questões para desenvolvimento:

Quando deve um terreno ser considerado abandonado ou sem proprietário identificado?

A intervenção deverá ser temporária ou de longo prazo?

Para além do Estado e das entidades gestoras de AIGP, que outros atores poderão assumir a gestão destes terrenos?

Em que situações poderá haver intervenção pública (áreas protegidas, zonas de risco para populações, áreas com espécies protegidas, REN, zonas críticas de incêndio, etc.)?

Como definir os objetivos de gestão (conservação, produção, prevenção de incêndios ou revitalização económica) e com que base técnica?

Quem define os objetivos e assegura a fiscalização?

Como envolver as comunidades locais?

Outputs esperados:

Fluxo de decisão para terrenos sem titular identificado;

Critérios para a intervenção pública;

Modelo de parceria com as comunidades locais.

Contributos específicos do grupo de trabalho do IV EPF

1. Reforçar a confiança entre os diferentes stakeholders, condição essencial para o funcionamento do modelo de governança e do fluxo de decisão.
2. Promover iniciativas que estimulem a colaboração (ex.: almoços, festivais ou visitas de grupo), envolvendo todos os atores disponíveis e excluindo apenas aqueles que bloqueiem sistematicamente o processo.
3. Co-construir uma visão coletiva e um plano para a unidade de paisagem (ex.: biorregião), envolvendo escolas, associações de desenvolvimento local, juntas de freguesia, autarquias, comunidades intermunicipais, CCDR, ICNF, universidades, associações de produtores e outros líderes locais. Este plano teria um carácter orientador, e não vinculativo, definindo objetivos, metas e um modelo de governança consensualizado, através da mobilização (ou criação) de Grupos de Ação Local (GAL), apoiados por facilitadores qualificados.
4. Criar, em paralelo, um fundo público regional (com envolvimento dos técnicos do ordenamento regional) e um fundo privado (com fundações e empresas de âmbito regional), destinados a apoiar a execução do plano.
5. Assegurar a monitorização da execução através da contratação de especialistas independentes e universidades.
6. Definir um fluxo de decisão para terrenos sem titular identificado, considerando que o BUPi termina com cerca de 60% da área ainda por identificar:
 - colocar inicialmente os imóveis no mercado, garantindo o direito de preferência aos proprietários vizinhos;
 - os terrenos que permaneçam sem proprietário ou gestor poderão integrar uma Bolsa de Terras, condicionada ao plano da unidade de paisagem, ou, em alternativa, ser atribuídos à Associação de Compartes mais próxima, mediante formação obrigatória em restauro da paisagem, produção regenerativa e objetivos do plano;
 - quando a entidade gestora não disponha de capacidade técnica ou operacional, deverá recorrer a entidades com experiência comprovada em gestão florestal e restauro ecológico.

Síntese

A discussão evidenciou que a transformação do território depende menos de novos instrumentos de planeamento e mais da reconstrução da confiança entre os diferentes atores, da criação de mecanismos de financiamento estáveis e da capacitação e legitimação das estruturas de governança já existentes e com reconhecimento local, como os baldios.

CONTRIBUTO PARA O EQUILÍBRIO SISTÉMICO

Espaço-Temporal

Prazo de implementação: Médio-Longo (> 3 anos)

Escala de implementação: Nacional

Económico-Ambiental

Simbiose ecológico-económica: +1 (contributivo)

Potencial de impacto: +2 (muito elevado)

Urgência / custo da inação: +2 (muito elevado)

Socio - Ambiental

Priorização de áreas críticas: +2 (muito contributivo)

Mudança cultural: +1 (contributivo)

Autossuficiência territorial: +2 (muito contributivo)

Socio- Económico

Implementação modular e progressiva: +1 (elevada)

Necessidade de centralização: -1 (elevada)

Consensualidade: -1 (baixa)

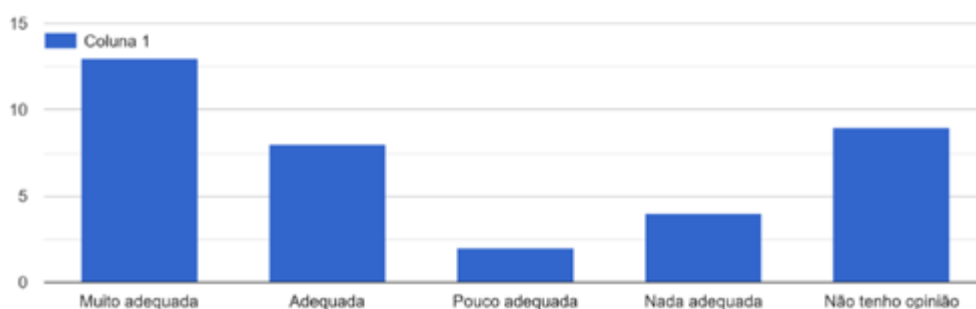
Contributo para o bem-estar: +1 (contributivo)

2.4 - Implementação de taxa de risco florestal

Reforço da Legislação e da Fiscalização – Implementar uma taxa de risco florestal para gestores e proprietários com povoamentos que elevem riscos à paisagem e população, regulada mediante avaliação e adaptação junto ao Estado, com alocação a um fundo que recompensa sistemas mais resilientes com impactos positivos na paisagem.

– Impressões da sondagem online:

3 - A criação de uma taxa associada ao risco florestal para determinados povoamentos seria:



Leitura e caminhos de desenvolvimento

Trata-se de uma proposta com forte potencial de transformação, ao internalizar os custos sistémicos associados aos diferentes modelos de gestão da paisagem. Contudo, a sua implementação poderá enfrentar elevada resistência política e técnica.

Questões para desenvolvimento:

A taxa deve incidir sobre o risco criado, o uso do solo ou o tipo de povoamento?

Como definir um modelo simples e operacional?

Que sistemas pagam e quais são beneficiados?

Quem deve suportar a taxa: proprietário, gestor, operador ou cadeia de valor?

Como definir o valor da taxa, a periodicidade dos pagamentos e a entidade responsável pela sua atualização?

Devem existir isenções, reduções ou incentivos associados às boas práticas?

A receita deverá ser integrada no Fundo Ambiental ou num fundo autónomo? Quem o gere?

Como evitar penalizar pequenos proprietários e agravar o abandono?

Outputs esperados:

Definição do modelo de taxa;

Critérios de isenção, redução e incentivo;

Definição do destino das receitas;

Salvaguardas para evitar o aumento do abandono.

Contributos específicos do grupo de trabalho do IV EPF

1. Identificar soluções para o abandono fundiário existente e evitar que a introdução da taxa agrave esse problema, considerando também as limitações decorrentes da ausência de cadastro em grande parte do território.

2. A definição do risco deverá considerar vários fatores, nomeadamente:

- distinção entre áreas geridas e não geridas;
- diferença entre monoculturas e povoamentos mistos;
- proporção de espécies exóticas;
- risco para o conjunto dos serviços dos ecossistemas (biodiversidade, regeneração natural,
- recursos hídricos, fitossanidade, entre outros), e não apenas para pessoas e infraestruturas;
- grau de vulnerabilidade da parcela em função da paisagem envolvente.

Nota: Foi referido um estudo do projeto INDUFORESTFIRE que demonstra que, em determinadas condições, a gestão convencional de combustíveis pode perder eficácia devido às alterações microclimáticas provocadas pelas próprias intervenções, reforçando a necessidade de uma avaliação mais sistémica do risco.

3. Relativamente ao modelo de taxa, o grupo propôs:

- estabelecer limiares mínimos de área e de atividade económica, evitando penalizar pequenos proprietários;
- criar escalões para grandes áreas geridas pela mesma empresa ou grupo económico, responsabilizando os principais geradores de risco sistémico;
- manter o modelo simples, reduzindo a carga administrativa;
- canalizar as receitas para um fundo de apoio à regeneração de propriedades entre 10 e 50 ha, privilegiando projetos públicos e comunitários e acompanhando os apoios com formação e guias de boas práticas.

Nota: O grupo sugeriu ainda articular esta proposta com as recomendações relativas aos terrenos abandonados e à formação de operadores florestais.

Síntese

A discussão demonstrou que o objetivo não deve ser apenas criar uma nova taxa, mas desenvolver um instrumento de política pública que responsabilize economicamente os principais geradores de risco, apoie a regeneração da paisagem e avalie o risco de forma ecológica e sistémica.

CONTRIBUTO PARA O EQUILÍBRIO SISTÉMICO

Espaço-Temporal

Prazo de implementação: Médio (3-7 anos)

Escala de implementação: Nacional

Económico-Ambiental

Simbiose ecológico-económica: +2 (muito contributivo)

Potencial de impacto: +2 (muito elevado)

Urgência / custo da inação: +1 (elevado)

Socio-Ambiental

Priorização de áreas críticas: +1 (contributivo)

Mudança cultural: +2 (muito contributivo)

Autossuficiência territorial: +1 (contributivo)

Socio-Económico

Implementação modular e progressiva: +2 (muito elevada)

Necessidade de centralização: -1 (elevada)

Consensualidade: -1 (baixa)

Contributo para o bem-estar: +1 (contributivo)

2.5 - Reforço da fiscalização efetiva no território

Reforço da Legislação e da Fiscalização – Reforçar a fiscalização efetiva no território, aumentando o número de vigilantes da natureza e a presença do SEPNA em áreas florestais, e criar instrumentos para delegar, quando adequado, funções de monitorização a ONGs e outros atores locais.

Leitura e caminhos de desenvolvimento

Trata-se de uma proposta com potencial para melhorar rapidamente a capacidade institucional de fiscalização, sem depender de mudanças estruturais mais profundas.

Questões para desenvolvimento:

O reforço deverá incidir em mais recursos humanos, mais meios, mais tecnologia ou numa combinação destes fatores?

Que áreas deverão ser prioritárias para fiscalização?

Que funções poderão ser delegadas a ONG e outros atores locais?

Poderão existir contratos plurianuais com ONG para monitorização de regiões de difícil cobertura?

Como envolver melhor as comunidades locais na vigilância do território e que incentivos poderão ser criados?

Outputs esperados:

Mapa dos atores envolvidos na fiscalização;

Identificação das funções passíveis de delegação;

Avaliação dos riscos de conflito ou abuso;

Proposta de um mecanismo simples de reporte.

Contributos específicos do grupo de trabalho do IV EPF

- 1.** Reforçar a fiscalização através de uma gestão descentralizada, preferencialmente ao nível dos municípios ou de unidades de paisagem (ex.: biorregiões), responsáveis pelo financiamento, planeamento e contratação dos agentes fiscalizadores. Em alternativa, recuperar um Corpo Nacional de Guardas Florestais, com gestão e financiamento distribuídos pelos municípios. Em qualquer dos modelos, o planeamento da formação e da gestão operacional deveria envolver cidadãos e ONG locais.
- 2.** As ONG e grupos de cidadãos, também apoiados pelos municípios, assumiriam um papel complementar de sensibilização, formação cívica e mobilização da população, através de ações de comunicação e eventos comunitários.
- 3.** Promover uma estratégia de sensibilização dirigida às comunidades locais e ao Parlamento, evidenciando os benefícios do planeamento participativo, da recuperação de um Corpo Nacional de Guardas Florestais, do reforço da vigilância, da criação de emprego, da capacitação da população e da redução do risco de grandes incêndios.

Nota: Foi referida a existência de uma petição pública para a recuperação de um Corpo Nacional de Guardas Florestais. O grupo salientou igualmente que a eficácia da fiscalização depende da revisão do atual regime jurídico e sancionatório, frequentemente considerado insuficiente ou pouco consequente, incluindo matérias relacionadas com o SGIFR, linhas de água, encostas, sobreirais, azinhais e áreas protegidas.

Síntese

A discussão reforçou uma das principais conclusões dos encontros: a gestão da paisagem exige a articulação entre segurança, rendimento e responsabilidade. A participação das comunidades será difícil de mobilizar sem mecanismos de remuneração ou criação de emprego, seja através de guardas florestais, seja pelo apoio a associações locais e pagamentos por serviços dos ecossistemas. A transformação da floresta depende também de tornar o cuidado da paisagem uma atividade economicamente viável.

CONTRIBUTO PARA O EQUILÍBRIO SISTÉMICO

Espaço-Temporal

Prazo de implementação: Curto (< 3 anos)
Escala de implementação: Local ou nacional

Económico-Ambiental

Simbiose ecológico-económica: +1 (contributivo)
Potencial de impacto: +2 (muito elevado)
Urgência / custo da inação: +2 (muito elevado)

Socio-Ambiental

Priorização de áreas críticas: +2 (muito contributivo)
Mudança cultural: +1 (contributivo)
Autossuficiência territorial: +1 (contributivo)

Socio- Económico

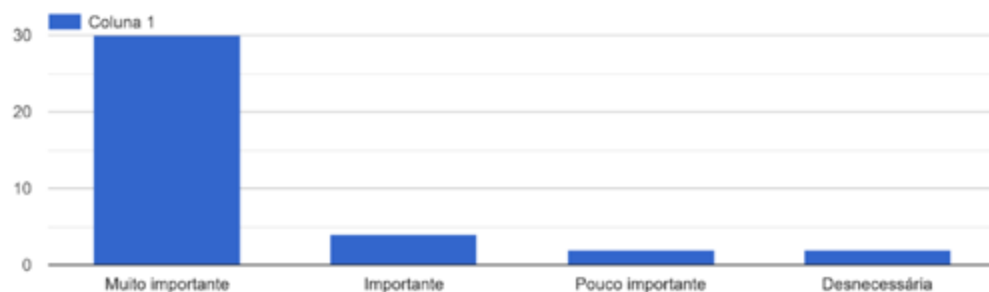
Implementação modular e progressiva: +2 (muito elevada)
Necessidade de centralização: -1 (elevada)
Consensualidade: +2 (elevada)
Contributo para o bem-estar: +2 (muito contributivo)

2.6 - Acesso a formação específica de operadores florestais

Reforço da Legislação e Fiscalização – Tornar acessível e obrigatória a formação específica de operadores florestais em conservação de solo e água, assistência à regeneração natural, prevenção de invasoras, condução e uso do fogo, e outras boas práticas de biodiversidade

– Impressões da sondagem online:

2 - A formação obrigatória para operadores florestais em práticas sustentáveis seria:



Leitura e caminhos de desenvolvimento

Trata-se de uma proposta amplamente consensual, com elevado potencial multiplicador e facilmente implementável de forma modular e progressiva.

Questões para desenvolvimento:

Que conteúdos deverão ser obrigatórios (invasoras, biodiversidade, solo, água, segurança, fogo, etc.)?

A formação deverá ser única ou modular? Com certificação e renovação periódica?

Quem ministra e financia a formação?

Os conteúdos devem ser iguais para todo o país ou adaptados ao contexto territorial?

Como evitar que a formação se torne apenas mais uma exigência burocrática?

Outputs esperados:

Estrutura mínima da formação;

Modelo de certificação;

Estratégias para garantir a acessibilidade;

Articulação entre formação e fiscalização.

Contributos específicos do grupo de trabalho do IV EPF

- 1.** A formação deverá ser obrigatória para todos os profissionais que pretendam exercer atividade no setor florestal.
- 2.** O modelo ideal deverá ser modular, maioritariamente online, de baixo custo e com validade limitada, promovendo a atualização periódica de conhecimentos.
- 3.** O currículo deverá incluir temas como ecologia e conservação do solo, habitats naturais e fauna, ciclo hidrológico, comportamento e ecologia do fogo, prevenção de invasoras, utilização de maquinaria e segurança em operações florestais.
- 4.** Existem já formações internacionais nestas áreas, sendo desejável adaptar e articular esses conteúdos para criar um currículo nacional.

Nota: Foram referidos, entre outros, cursos internacionais sobre Silvicultura de Cobertura Contínua e Assistência à Regeneração Natural.

- 5.** As empresas, ONG e restantes entidades com intervenção direta no terreno deverão frequentar formação mais especializada, adaptada às condições biofísicas da região e às atividades desenvolvidas, privilegiando visitas de estudo e componentes práticas.
- 6.** A criação e certificação destas formações deverá resultar do trabalho conjunto de especialistas, técnicos de campo e entidades certificadoras, produzindo um currículo nacional posteriormente validado pela tutela.
- 7.** O Estado, com apoio de fundos europeus, deverá financiar o desenvolvimento dos conteúdos e da estrutura formativa. Posteriormente, caberá às empresas assegurar a formação dos seus trabalhadores, mantendo-se igualmente a possibilidade de frequência individual por qualquer cidadão interessado.
- 8.** O percurso formativo poderá evoluir para níveis de certificação que habilitem alguns participantes a desempenhar funções de formadores e fiscalizadores, contribuindo para a disseminação e verificação das boas práticas.

Síntese

A discussão delineou um modelo integrado de capacitação que liga formação inicial, atualização contínua, prática no terreno e certificação de competências. Mais do que um programa de formação, trata-se de uma estratégia para criar capacidade técnica, promover boas práticas e reforçar a fiscalização através da qualificação dos próprios intervenientes.

CONTRIBUTO PARA O EQUILÍBRIO SISTÉMICO

Espaço-Temporal

Prazo de implementação: Curto (< 3 anos)

Escala de implementação: Nacional

Económico-Ambiental

Simbiose ecológico-económica: +2 (muito contributivo)

Potencial de impacto: +2 (muito elevado)

Urgência / custo da inação: +1 (elevado)

Socio-Ambiental

Priorização de áreas críticas: +2 (muito contributivo)

Mudança cultural: +2 (muito contributivo)

Autossuficiência territorial: +2 (muito contributivo)

Socioeconómico

Implementação modular e progressiva: +2 (muito elevada)

Necessidade de centralização: -1 (elevada)

Consensualidade: +2 (muito elevada)

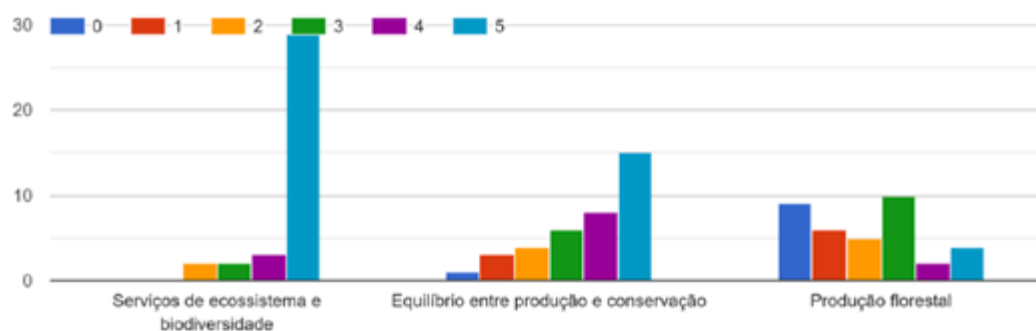
Contributo para o bem-estar: +2 (muito contributivo)

2.7 - Valorização Económica e Cadeias de Valor Alternativas

Reforçar e alinhar instrumentos de financiamento (PePAC, Fundo Ambiental, fundos europeus, instrumentos regionais) para privilegiar cadeias baseadas em espécies autóctones, produtos de qualidade e serviços de ecossistema.

- Impressões da sondagem online:

2 - Os apoios públicos à floresta deveriam privilegiar: (Indique a sua resposta numa escala de 0 a 5, sendo: 1 = não é importante privilegiar e 5 = é fundamental privilegiar)



Leitura e caminhos de desenvolvimento

Trata-se de uma proposta com elevado potencial para reorientar os incentivos económicos, favorecendo a transição de modelos intensivos para paisagens mais resilientes e multifuncionais.

Questões para desenvolvimento:

Que instrumentos de financiamento devem ser prioritariamente realinhados (PEPAC, Fundo Ambiental, fundos europeus, fundos regionais, entre outros)?

Como redistribuir os apoios e redefinir os critérios de elegibilidade?

Que atividades ou modelos produtivos deverão deixar de ser financiados?

Que cadeias de valor poderão ser mais favorecidas?

Os apoios devem privilegiar produção, conservação ou modelos mistos? Em que situações?

Como simplificar candidaturas e prestação de contas, garantindo que os apoios chegam ao terreno?

Como proteger a transição dos pequenos produtores?

Que papel deverão desempenhar municípios, CCDR, AIGP, entidades regionais e associações de produtores?

Outputs esperados:

Critérios para o redirecionamento do financiamento;

Identificação das cadeias de valor prioritárias;

Propostas de simplificação administrativa;

Medidas para garantir um acesso mais justo aos apoios.

CONTRIBUTOS ESPECÍFICOS DO GRUPO DE TRABALHO DO IV EPF

- 1.** Redirecionar o financiamento para projetos que gerem benefícios atualmente pouco valorizados pelo mercado, privilegiando a biodiversidade, a resiliência climática, a adequação às condições edafoclimáticas de cada região e a sustentabilidade económica de longo prazo, evitando a dependência permanente de subsídios públicos.
- 2.** Substituir os atuais apoios de curta duração por mecanismos de financiamento de longo prazo (20–25 anos), mais compatíveis com os ciclos da gestão e do restauro florestal, à semelhança do que acontece noutros setores de interesse estratégico.
- 3.** Excluir dos apoios públicos os sistemas florestais e agroflorestais superintensivos, bem como operações avulsas de corte raso e de exploração em ciclos muito curtos.
- 4.** Facilitar o acesso das populações rurais aos apoios, através da criação de estruturas intermédias de apoio às candidaturas e à gestão administrativa dos projetos, da divulgação regular das oportunidades de financiamento e de mecanismos de ligação entre financiadores e projetos no terreno.

Síntese

A discussão evidenciou que o principal desafio não é criar novos instrumentos de financiamento, mas tornar os existentes mais acessíveis, previsíveis e orientados para resultados. A simplificação administrativa e a estabilidade dos apoios surgem como condições essenciais para transformar o financiamento público num verdadeiro catalisador da regeneração da paisagem e da ação local.

CONTRIBUTO PARA O EQUILÍBRIO SISTÊMICO

Espaço-Temporal

Prazo de implementação: Curto (< 3 anos)

Escala de implementação: Nacional

Económico-Ambiental

Simbiose ecológico-económica: +2 (muito contributivo)

Potencial de impacto: +2 (muito elevado)

Urgência / custo da inação: +2 (muito elevada)

Socio-Ambiental

Priorização de áreas críticas: +1 (contributivo)

Mudança cultural: +1 (contributivo)

Autossuficiência territorial: +1 (contributivo)

Socio-Económico

Implementação modular e progressiva: +2 (muito elevada)

Necessidade de centralização: -2 (muito elevada)

Consensualidade: +1 (elevada)

Contributo para o bem-estar: +2 (muito contributivo)



* This work is licensed under CC BY-SA 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

ANEXO 3

Análise da Paisagem e Desenvolvimento de
Propostas de Transformação



Da análise de contexto à transformação da paisagem

É necessário Mais do que responder isoladamente a cada problema, procura-se compreender as relações entre água, solo, vegetação, biodiversidade e atividade humana, identificando intervenções capazes de restaurar o funcionamento ecológico da paisagem e reforçar a sua resiliência a longo prazo.

Os diagnósticos produzidos pelos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, pelo Inventário Florestal Nacional, pela Carta da Vegetação Natural Potencial e pelos estudos sobre o comportamento dos incêndios permitem identificar os principais fatores de degradação da paisagem portuguesa, bem como o potencial de regeneração do território português.

Em conjunto, estes instrumentos revelam uma realidade marcada pela degradação dos sistemas hídricos, pela simplificação da paisagem, pela predominância de modelos florestais pouco resilientes e por uma crescente vulnerabilidade à escassez de água, aos incêndios e às alterações climáticas.

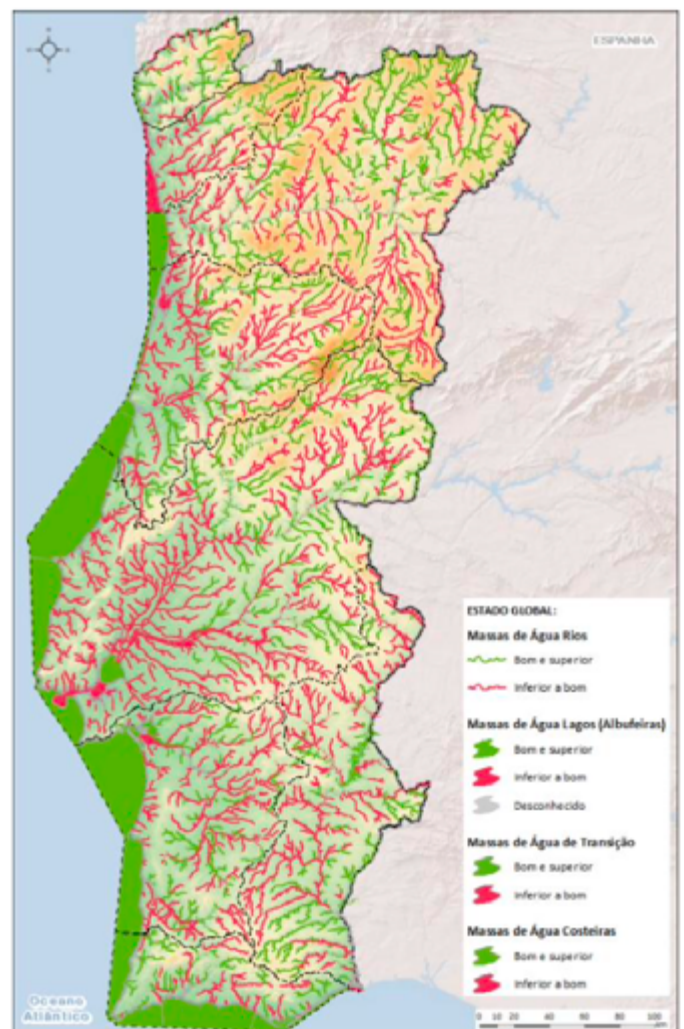


* This work is licensed under CC BY-SA 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

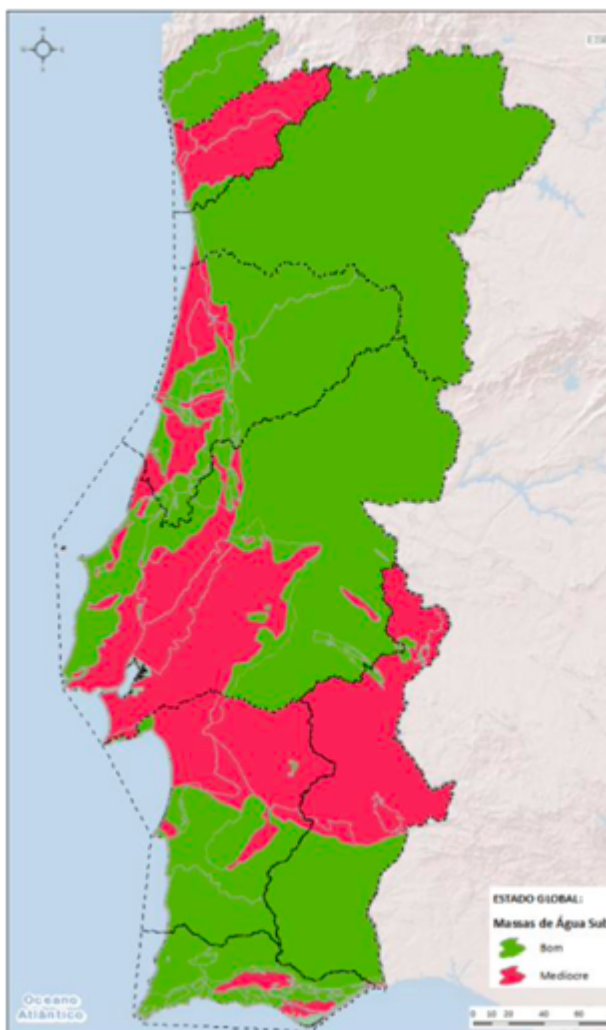
1.1 - O que nos mostram os Planos de Gestão de Região Hidrográfica?



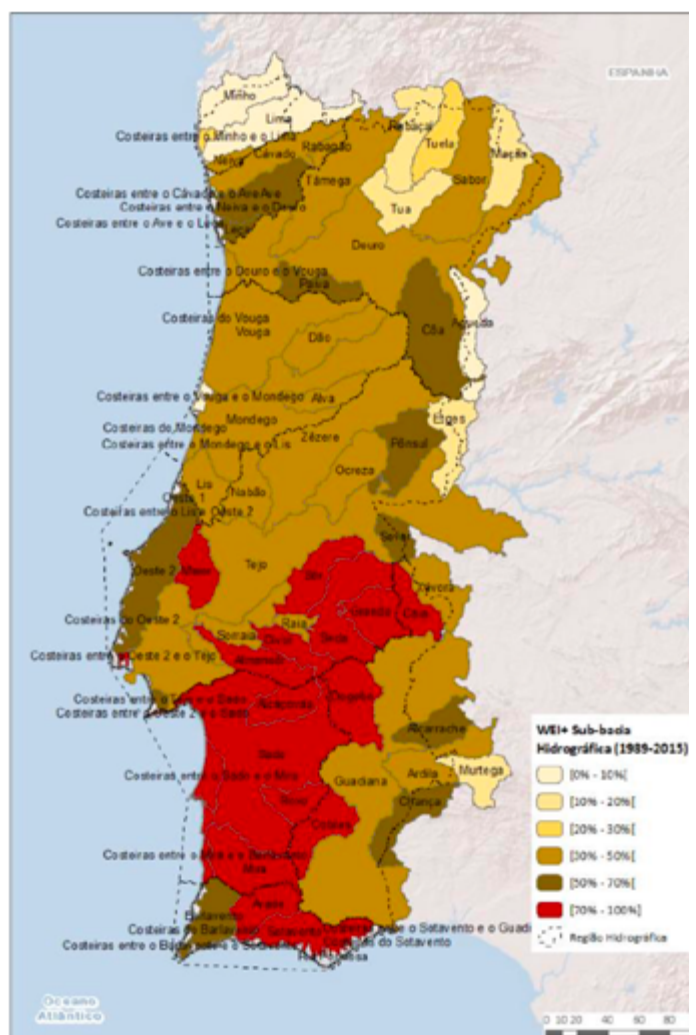
(2.2.1) Mapa das Regiões Hidrográficas



2.2.2) Mapa do estado global das águas superficiais

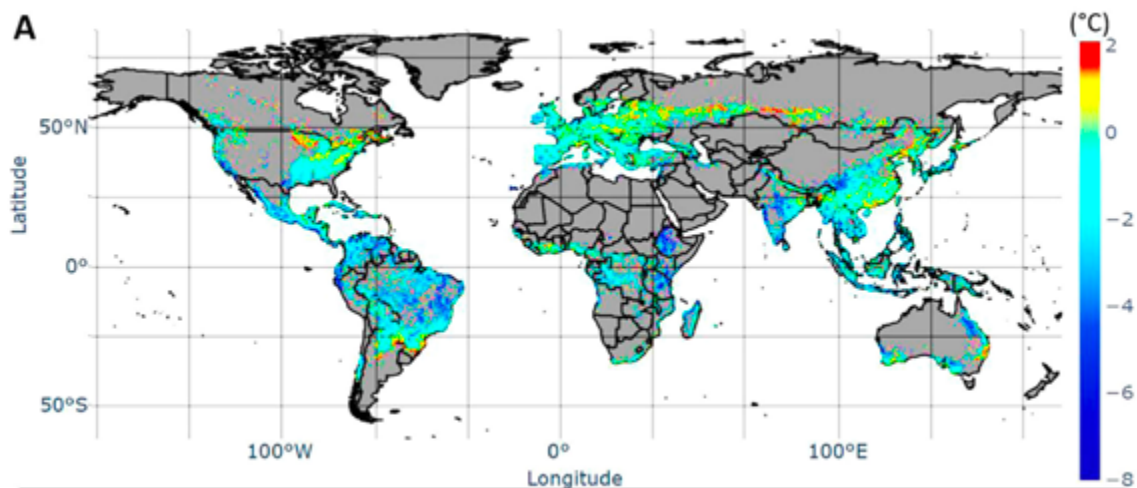


(2.2.3) - Mapa do estado global das águas subterrâneas



(2.2.4) - Mapa e escala do índice de escassez

*Fonte: (<https://apambiente.pt/agua/3o-ciclo-de-planeamento-2022-2027/>) Resumo Não Técnico.

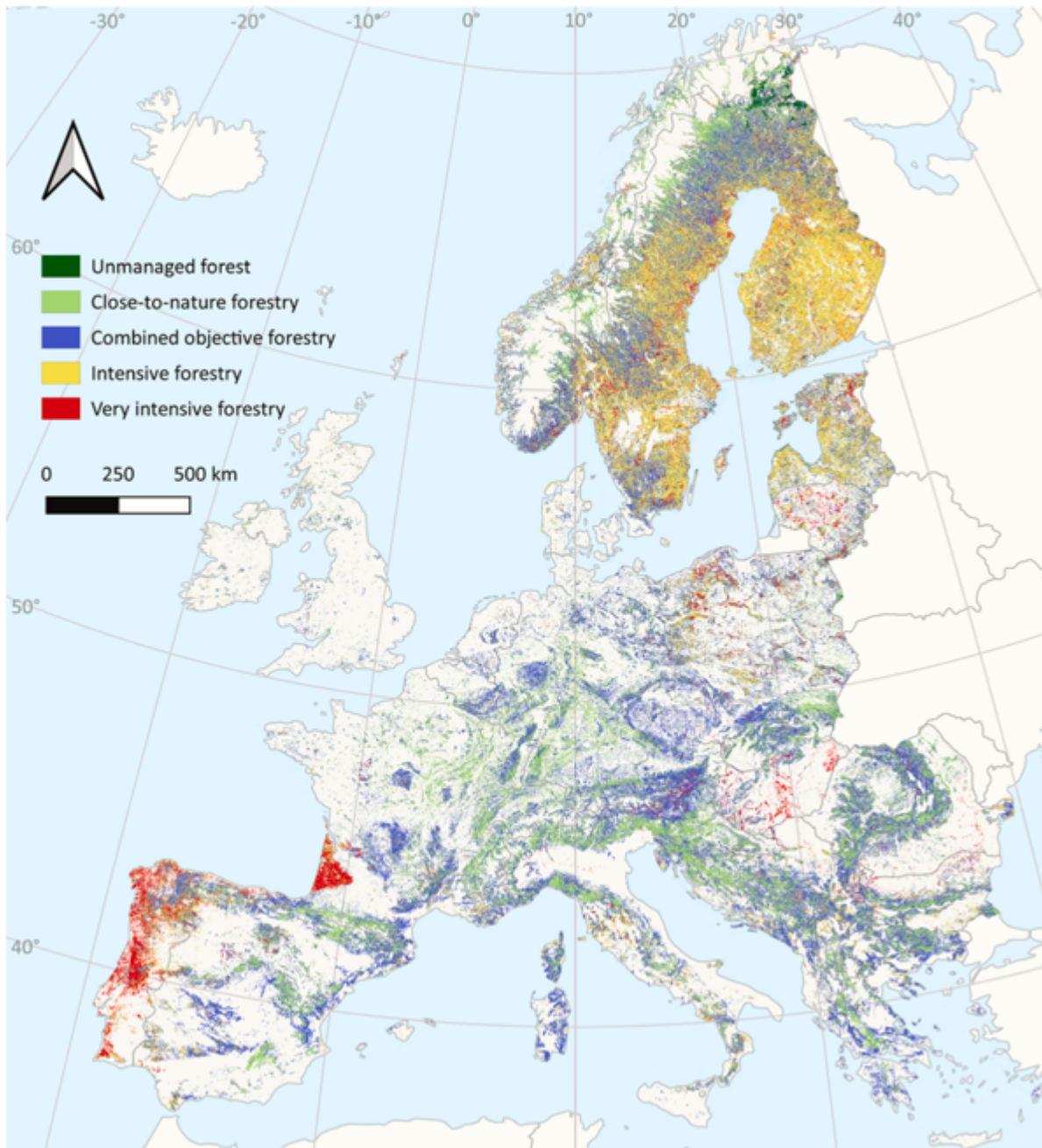


(2.2.5) – (Redução prevista na temperatura média ambiente devido à regeneração natural das florestas – Alibakhshi et al., 2024)

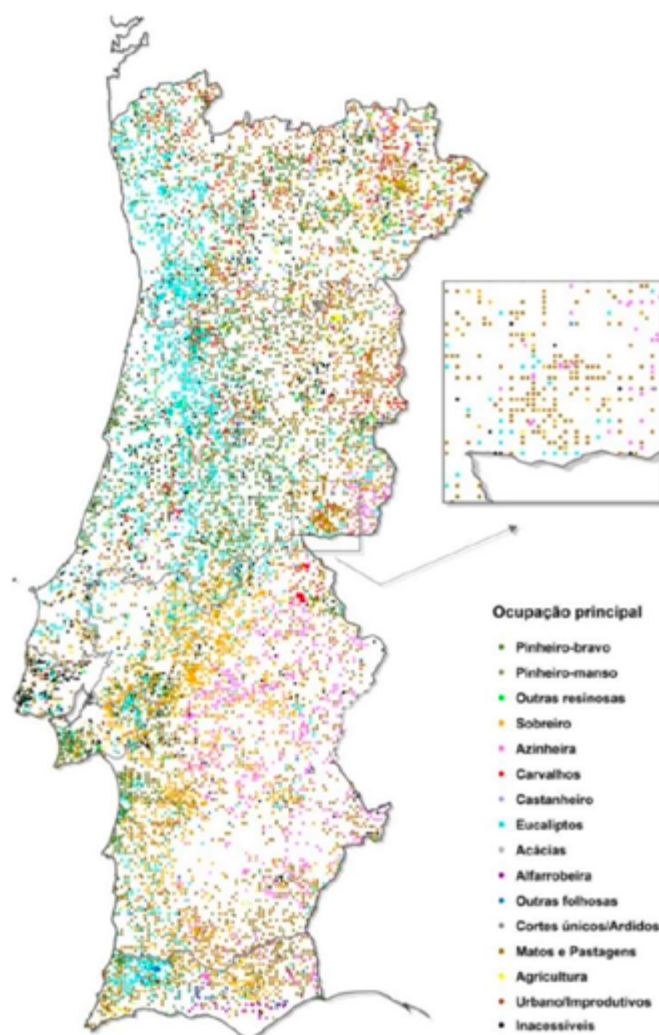
- Das 999 massas de água superficiais com estado inferior a Bom, o principal impacto identificado é a poluição por nutrientes (41%), seguida da poluição orgânica (14%) e da poluição química (13%). Contudo, agregando os impactos associados à alteração de habitats (variações hidrológicas e modificações morfológicas), esta passa a representar o segundo maior fator de degradação (22%). Nos rios, a poluição por nutrientes afeta 41% das massas de água; nas albufeiras, 51%; nas águas de transição, 27%; e nas águas costeiras, 52%. As alterações morfológicas têm particular expressão nas águas de transição (27%) e costeiras (24%).
- Das 33 massas de água subterrâneas com estado inferior a Bom, as principais pressões são as captações de água (40%) e as pressões difusas (59%). Por setor de atividade, destaca-se a agropecuária (85%), sendo a agricultura responsável por 65% — sobretudo devido às captações de água para rega (35% do total) — e a pecuária por 20%. O setor urbano representa cerca de 12% das pressões identificadas.
- Perante este cenário, e em particular nas regiões com maior escassez hídrica, a abordagem mais ecológica e custo-eficiente para restaurar o funcionamento hidrológico da paisagem passa por privilegiar a assistência à regeneração natural de bosques de folhosas ao longo das linhas de água, avançando de jusante para montante. Esta estratégia favorece a progressiva entrada de humidade proveniente da costa para o interior, criando melhores condições para a regeneração das cabeceiras e reforçando, à escala regional, a resiliência da paisagem e a prevenção de incêndios.
- Contudo, é inegável que também será importante adotar pontualmente abordagens de restauro mais ativo de montante para jusante. Nomeadamente, sempre que se veja como prioritário e viável conter riscos de erosão e enxurradas que possam causar prejuízos a populações e infraestruturas cinzentas existentes – via a assistência à regeneração natural; a construção de paliçadas, valas e charcas de retenção de água e sedimentos; e eventualmente complementar estas ações com sementeiras diretas e plantações das espécies ainda em falta na paisagem.

1.2 - Qual a floresta portuguesa que temos?

Atualmente, a floresta portuguesa é dominada por sete espécies arbóreas, maioritariamente geridas em regimes de monocultura intensiva.



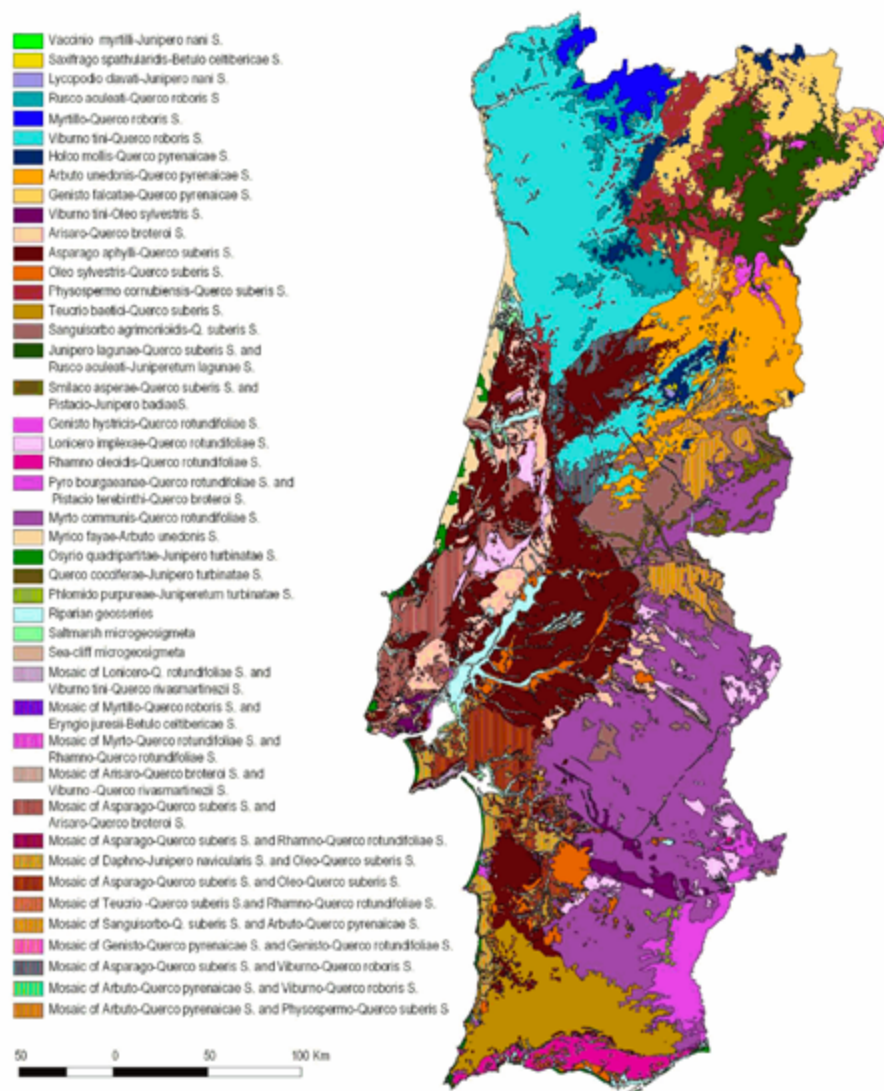
(2.2.6) - (Tipos predominantes de gestão florestal na Europa, excluindo as agroflorestas - Scherpenhuijzen et al., 2025)



Uso/ocupação do solo	# pontos
Floresta	7967
Pinheiro-bravo	1899
Pinheiro-manso	611
Outras resinosas	102
Eucaliptos	1823
Sobreiro	1662
Azinheira	815
Carvalhos	436
Castanheiro	137
Acácias	120
Alfarrobeira	41
Outras folhosas	171
Povoamentos ardidos	74
Cortes únicos	76
Matos e Pastagens	3388
Matos	1575
Matos altos	246
Matos ardidos	36
Pastagem regadio	128
Pastagem sequeiro	1403
Agricultura	252
Improdutivos	18
Urbano	22
Pontos inacessíveis	698
Total	12345

(2.2.7) - (Inventário Florestal de 2015 - IFN6, 2018)

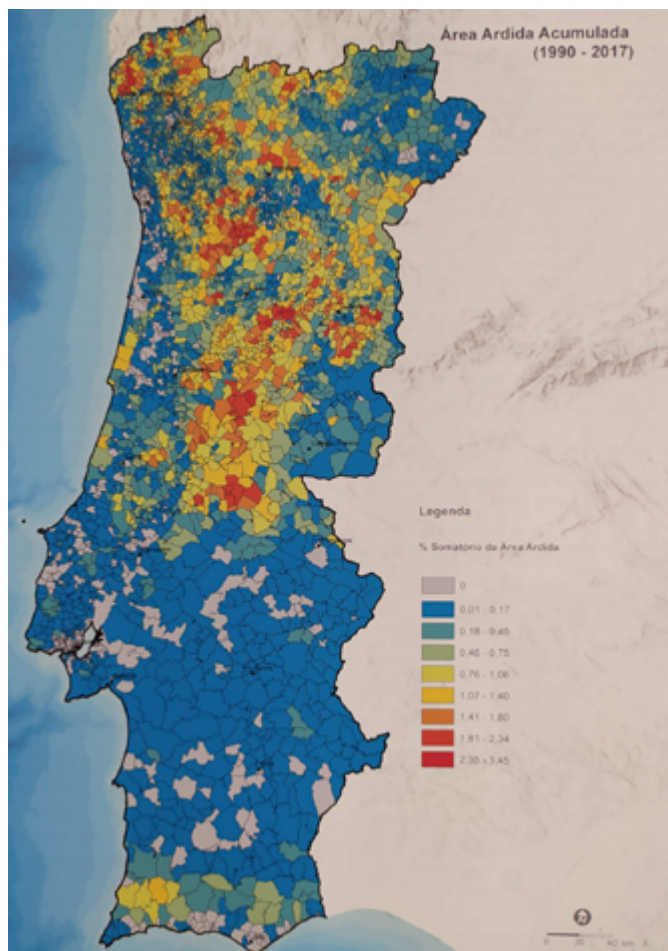
1.2 - Qual a floresta que Portugal pode ter?



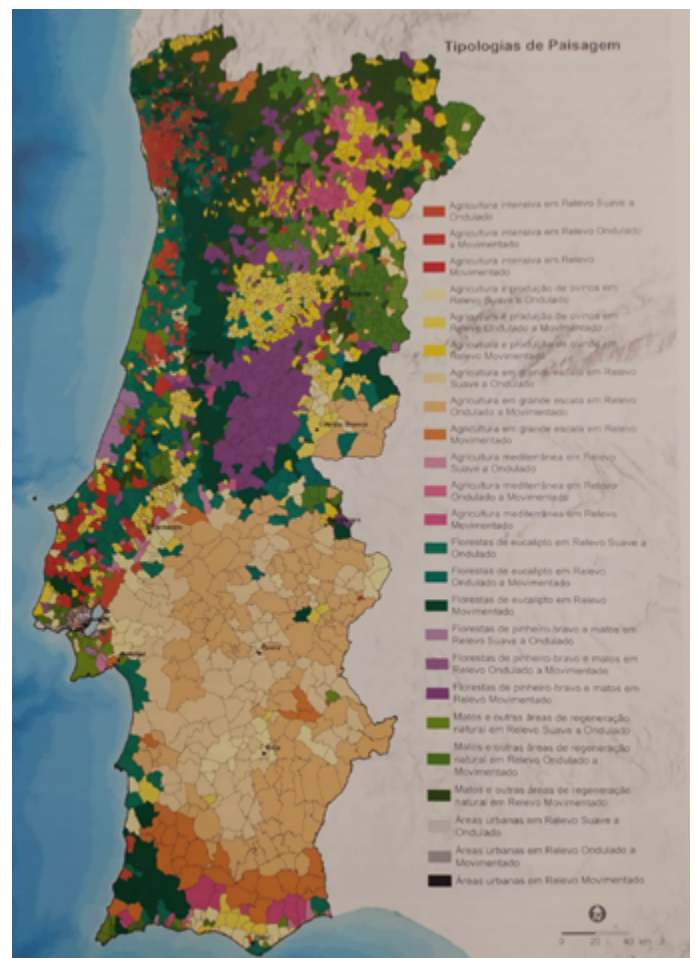
(2.2.8) - (Carta da Vegetação Natural Potencial de Portugal - Capelo et al, 2013)

De acordo com a Carta da Vegetação Natural Potencial de Portugal, o território nacional poderá albergar pelo menos 45 comunidades arbóreas e arbustivas distintas, privilegiando sistemas de Silvicultura de Cobertura Contínua e Agrofloresta.

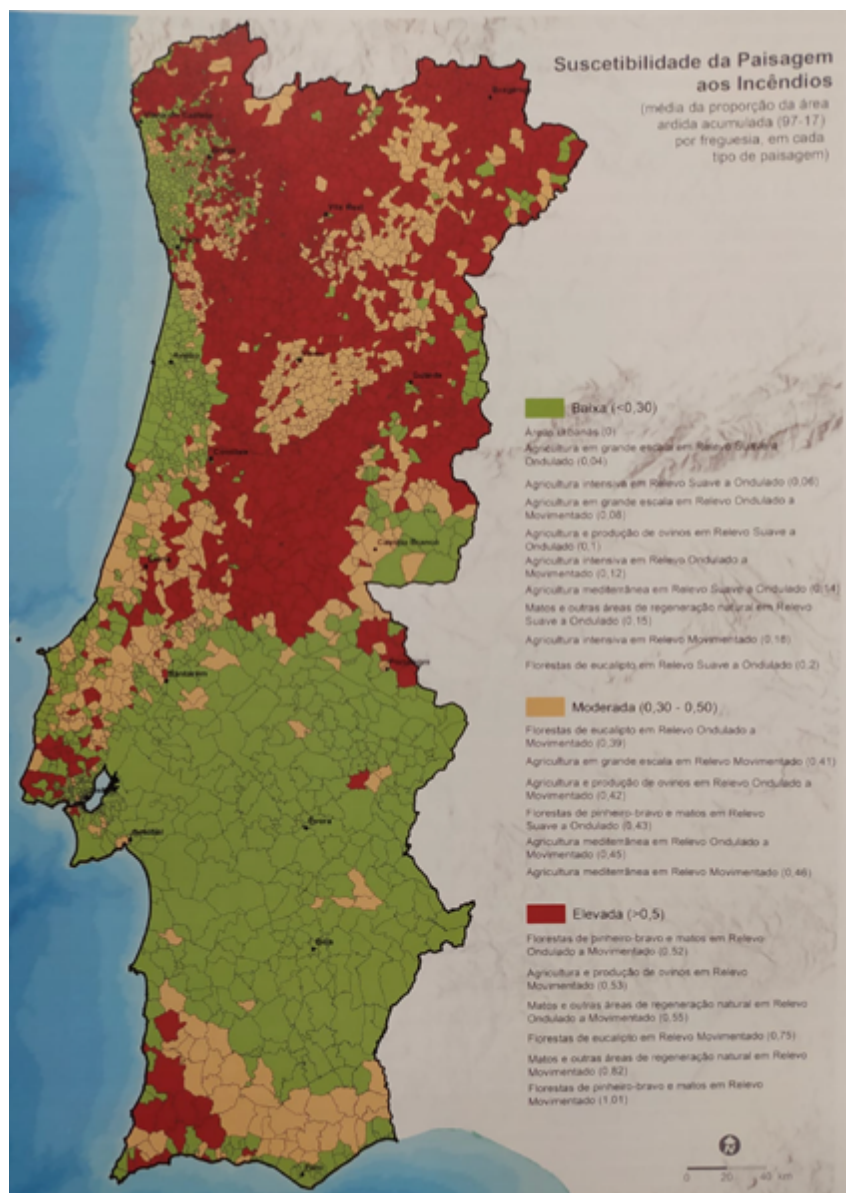
1.3 - Como arde a nossa paisagem?



1 - (Área ardida acumulada, entre 1990-2017 - SCAPEFIRE, 2022)



2 - (Tipologias de paisagem - SCAPEFIRE, 2022)



3 - (Suscetibilidade estrutural da paisagem aos incêndios - SCAPEFIRE, 2022)

2 - Quais os caminhos para a sua transformação?

O caso da proposta para a região Centro

Entre 2019 e 2022, o projeto de investigação SCAPEFIRE – Ordenamento do Território para a Prevenção de Incêndios Rurais (coordenado pelo Laboratório LEAF, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia) desenvolveu e testou um novo modelo de avaliação, ordenamento e gestão da paisagem, com três objetivos principais:

1. Trazer maior clareza ao debate sobre as necessidades e os custos do reordenamento da paisagem;
2. Promover um modelo de gestão dos incêndios mais sustentável e ecologicamente integrado;
3. Desenvolver uma metodologia aplicável a diferentes escalas territoriais, desde a parcela até aos níveis municipal, intermunicipal, regional e nacional.

Deste projeto resultaram, entre outros:

- Um modelo de caracterização da paisagem em função da sua suscetibilidade biofísica à ocorrência de grandes incêndios;
- Mapas de aptidão ecológica e de potencial produtivo para diversos habitats e povoamentos florestais nativos (ex.: sobreirais, carvalhais e castinçais), acompanhados de recomendações para modelos de gestão mais sustentáveis, como a Silvicultura de Cobertura Contínua;
- Um modelo de auscultação e planeamento participativo;
- Um modelo para estimar os custos da transformação da paisagem e os respetivos benefícios em serviços dos ecossistemas;
- Diversos mapas e roteiros para a transformação da paisagem, aplicados, por exemplo, aos municípios de Leiria e Pampilhosa da Serra, ao PRGP das Serras da Lousã e Açor e à região Centro;
- Uma proposta de percurso pedestre regenerativo entre a Figueira da Foz e a Serra da Estrela, com o objetivo de potenciar benefícios sociais, económicos e ambientais nas áreas ardidas da região Centro, contrariando o despovoamento do interior e reforçando as ligações entre comunidades vulneráveis aos grandes incêndios.

A concretização desta transformação depende, contudo, da existência de condições culturais, socioeconómicas e legislativas favoráveis. Quando estas se alinharem, a implementação do plano para a região Centro poderá tornar-se viável e servir de referência para outros processos de transformação da paisagem. O projeto SCAPEFIRE identificou os principais riscos, as ações prioritárias, o faseamento recomendado, a disponibilidade dos atores locais, as espécies com maior potencial de regeneração natural e várias cadeias de valor capazes de impulsionar a regeneração ambiental, social e económica da região.

Para conhecer estes e outros resultados na íntegra, pode consultar o livro do projeto, editado pelo Instituto Superior de Agronomia e disponibilizado gratuitamente em formato PDF na página oficial do Laboratório LEAF.*

*<https://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/portal/> ° Learn more here ° SCAPEFIRE: A Sustainable Landscape Planning Model for Rural Fire Prevention.

ENCONTRO PELAS FLORESTAS

Nutrindo a Rede de Regeneração

Equipa Técnica

Coordenação de Projecto

ReflorestarPT – Susana Guimarães

Facilitação Assembleias e Encontros

ReflorestarPT – Virginia Santos

Assembleia Cidadãos de PT- Alcides Barbosa

Pesquisa e Documentação

ReflorestarPT e Faixas Vivas – Nuno Ferreira

Faixas Vivas – Luís Primo

Desenvolvimento do Documento final

Alcides Barbosa

Luis Primo

Nuno Ferreira

Susana Guimarães

Design e Comunicação

ReflorestarPT – Rita Roquette



Apoios:

Netherlands Helsinki Committee

(Programa Catalyst of Change)

Dembrane

<https://www.dembrane.com/>

Espaço Nativa, Centro Co-re

(Cooperativa Regenerativa, S. Luís)

Escola Universitária Vasco da Gama

(Coimbra)

Graça Saraiva, Ervas Finas

(Vila Real)